



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2017-2021



**Secretaria de
Assistência Social**



**Prefeitura de
Joinville**

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PREFEITO MUNICIPAL DE JOINVILLE

UDO DÖHLER

VICE PREFEITO

NELSON COELHO

PRESIDENTE

VAGNER FERREIRA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CAISAN

EDINA ACORDI SOETHE

Pleno Colegiado

Secretaria de Assistência Social- Edina Acordi Soethe
Secretaria de Assistência Social- Silvano Ribeiro
Secretaria de Educação- Mariana V. dos Santos Kraemer
Secretaria de Educação- Priscila Mikulis de Castilho
Secretaria de Educação- Fabiana Maria Oliveira Santos
Secretaria de Educação- Antonio Sérgio de Lima
Secretaria de Administração e Planejamento- Silvia F. S. de O. Machado
Secretaria de Administração e Planejamento- Lucas Rodrigues Cardoso
Secretaria de Desenvolvimento Rural- Sirley do Carmo Lemkuhl Goedert
Secretaria de Desenvolvimento Rural- Irinéia da Silva
Secretaria de Saúde- Janine Guimarães
Secretaria de Saúde- Gabriela Portele Schroeder

Comitê Técnico do Plano de SAN de Joinville

Edina Acordi Soethe- Secretaria de Assistência Social
Silvano Ribeiro- Secretaria de Assistência Social
Maria de Lurdes Prebianca Cardoso- Secretaria de Assistência
Cristiana Linhares Petry- Secretaria de Assistência
Luciane Hirt Rosa- Secretaria de Educação
Amanda Kruger- Secretaria de Educação
Mariana V. dos Santos Kraemer- Secretaria de Educação
Antonio Sérgio de Lima- Secretaria de Educação
Patrícia da Silva- Secretaria de Educação
Fabiana Maria Oliveira Santos- Secretaria de Educação
Helenice Martins- Secretaria de Administração e Planejamento
Marelice Nickel- Secretaria de Administração e Planejamento
Silvia F. Sabino de Oliveira Machado- Secretaria de Administração e Planejamento
Lucas Rodrigues Cardoso- Secretaria de Administração e Planejamento
Troy Roger Lemke- Secretaria de Desenvolvimento Rural
Sidnei Rodrigues- Secretaria de Desenvolvimento Rural
Jacson José Tavares- Secretaria de Desenvolvimento Rural
Janine Guimarães- Secretaria de Saúde
Edna Maria Viana Machado- Secretaria de Saúde
Gabriela Portele Schroeder- Secretaria de Saúde
Kelvin Nunes Soares- Secretaria de Esportes
Waldir Utzig- Secretaria de Esportes
Reginaldo Campos Júnior- Secretaria de Esportes
Patrícia Girardi- SESC- Mesa Brasil
Paulo Luiz Viteritte – Centro Universitário Católica de Santa Catarina
Juliane Cândido- Centro Universitário Católica de Santa Catarina
Lorenne Sarubi Mileo- Associação de Segurança Alimentar e Nutricional- ASANJ
Tamara Urnau - Associação de Segurança Alimentar e Nutricional- ASANJ
Sandra Ana Czarnobay- Associação Educacional Luterana Bom Jesus IELUSC
Marilyn Gonçalves Ferreira Kuntz – IELUSC
Raquel Adriana Peroni- COMSEAN
Wilson Ponchioli- COMSEAN
Paulo Roberto de Freitas- COMSEAN
José Declarindo dos Santos- COMSEAN
Luciene Viana Nunes- COMSEAN
Vanessa Speckhahn Vicente- Profissional Autônomo- Nutricionista

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CAISAN





CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMSEAN

Gestão 2016-2018

Presidente: Luciene Viana Nunes

Vice-Presidente: Sandra Ana Czarnobay

Secretaria Executiva: Aline Patrícia Schuchardt e Patrícia Tancredo

Representantes Governamentais

Titular: Edina Acordi Soethe- Secretaria de Assistência Social

Suplente: Silvano Ribeiro- Secretaria de Assistência Social

Titular: Mariana V. dos Santos Kraemer- Secretaria de Educação

Suplente: Priscila Mikulis de Castilho- Secretaria de Educação

Titular: Fabiana Maria Oliveira Santos- Secretaria de Educação

Suplente: Antonio Sérgio de Lima- Secretaria de Educação

Titular: Silvia F. S. de O. Machado- Secretaria de Administração e Planejamento

Suplente: Lucas Rodrigues Cardoso- Secretaria de Administração e Planejamento

Titular: Sirley do Carmo Lemkuhl Goedert- Secretaria de Desenvolvimento Rural

Suplente: Irinéia da Silva - Secretaria de Desenvolvimento Rural

Titular: Janine Guimarães- Secretaria de Saúde

Suplente: Gabriela Portele Schroeder- Secretaria de Saúde

Representantes Não-Governamentais

Movimentos Populares Organizados

Titular: Heloisa Bade (ACELBRA)

Suplente: Viviane de Fátima Leite do Prado (ACELBRA)

Titular: José Declarindo dos Santos (Hortas Comunitárias)

Suplente: Natalina Burato Santos (Hortas Comunitárias)

Instituições Religiosas

Titular: Fátima Maria de Oliveira (ADIPROS – Pastoral da Criança)

Suplente: Roseli Albino Dutra (ADIPROS – Pastoral da Criança)

Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço

T. Patrícia Girardi (SESC – Mesa Brasil)

T. Sandra Ana Czarnobay (Bom Jesus – IELUSC)

S. Érika Dantas de Medeiros Rocha (Bom Jesus – IELUSC)

Associações de Classes Profissionais e Sindicatos

T. Tamara Urnau (ASANJ)

S. Lorene Sarubi Mileo (ASANJ)

T. Marina Schoninger Fenner (Fund. Padre Luiz Facchini)

S. Adriana Graper (Fund. Padre Luiz Facchini)

Defesa de Direitos Humanos

Titular: Andreia da Silva Haidar (CDH)

Suplente: Tânia Maria Crescêncio (CDH)

Instituições de Ensino Superior e Pesquisa

T. Marilyn Gonçalves Ferreira Kuntz (Bom Jesus – IELUSC)

S. Luciene Viana Nunes (Bom Jesus – IELUSC)

T. Marcia Luciane Lange Silveira (UNIVILLE)

Entidades De Assistência Social Inscritas no CMAS

T. Rejaine Santos Costa (ADIPROS – Ventura Residence)

S. Sergina Ribeiro Serafim (ADIPROS – Lar Betânia)

T. Paulo Roberto de Freitas (APAE)

Colaboradores

Fábio Luis de Oliveira- Diretor Executivo SAS

Marcus Rodrigues Faust - Consultoria Desing Think

Helenice Martins- Técnica- Área de Orçamento SAP

Fernanda Martins Jürgensen- Nutricionista- Técnica Área de SAN

Soraya dos Santos- Turismóloga- Assessoria Sec. Executiva CAISAN e SAN

Cristiano Nezzi- Assessoria Sec. Executiva CAISAN e SAN

Carolina Fonseca de Medeiros- Nutricionista- Técnica Restaurante Popular

LISTA DE FOTOS

FOTO 1. Rua do Príncipe, 1866 / Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

FOTO 2. Vista Panorâmica de Joinville, 1926 / Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

FOTO 3. Grupo de Agroecologia Rio Cristina

FOTO 4. Produtos Agricultura Familiar

FOTO 5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Joinville

FOTO 11. Alimentação Escolar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados Programa Nacional de Alimentação Escolar entre os anos de 2009-2015

Tabela 2. Dados do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2011-2016

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município Joinville - SC

Tabela 4. Estrutura Demográfica de Joinville entre as faixas etárias nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 5. Dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2010

Tabela 6. Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária - 2010

Tabela 7. Número de Pessoas atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos anos de 2013 a 2015

Tabela 8. Número de Pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família nos anos de 2013 a 2015

Tabela 9. População em situação de extrema pobreza por faixa etária em 2010

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa América do Sul

Figura 2. Matrícula Inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral.

Figura 3. Matrícula Inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos, presencial Fundamental e Médio da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais.

LISTA DE SIGLAS

AF- Agricultura Familiar
AFA- Agricultura Familiar Agroecológica
ALESC- Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
AUP- Agricultura Urbana e Periurbana
BPC- Programa de Prestação Continuada da Assistência Social
CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais
CAE- Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN- Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional CEASA/Joinville- Central de Abastecimento de Joinville
CECANE/SC- Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar de Santa Catarina
CEREST- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CFN- Conselho Federal de Nutricionistas
CIDASC- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA/SC- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina
DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA- Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN- Educação Alimentar e Nutricional
EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EPAGRI/SC- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPI- Equipamento de Proteção Individual
ERUs- Entidade Representativa de Usuários
ESF- Estratégia Saúde da Família
FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations
FDR- Fundo de Desenvolvimento Rural
FETRAF- Federação Nacional dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GERED- Gerência Regional de Educação
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDSA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC- Ministério da Educação
MS- Ministério da Saúde
NASF- Núcleos de Apoio à Saúde da Família
OMS- Organização Mundial da Saúde
ONG- Organização Não-Governamental
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PIB- Produto Interno Bruto
PLANSAN- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA- Plano Plurianual
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAN- Segurança Alimentar e Nutricional
SC- Santa Catarina
SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural
SED Secretaria de Educação
SES- Secretaria de Saúde
SIM Sistema de Inspeção Municipal
SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SST- Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
SUS- Sistema Único de Saúde
UAN- Unidade de Alimentação e Nutrição
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
VEFOMP- Vegetais Folhosos Minimamente Processados

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	8
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS	14
APRESENTAÇÃO	18
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	19
1.1 LOCALIZAÇÃO	19
1.2 HISTÓRIA DE JOINVILLE	19
1.3 DADOS GERAIS	23
1.4 POPULAÇÃO	24
1.5 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA- DHAA	24
1.6 SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN	25
1.7 MBITO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE SAN	30
1.7.1 CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-COMSEAN	32
1.8 DIMENSÕES DA POLÍTICA DE SAN	33
1.8.1 PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS	34
1.8.2 RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA	40
1.8.3 ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL	49
1.8.4 SAÚDE, NUTRIÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	54
1.8.5 EDUCAÇÃO	69
1.8.6- ASSISTÊNCIA SOCIAL	49
1.8.6.1- RESTAURANTES POPULARES:	50
1.8.6.2- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS- PAA	53
1.8.6.3- COZINHAS COMUNITÁRIAS??	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2 DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	81
3 DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	118
4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	119
5 ANEXOS	132
6 GLOSSÁRIO TEMÁTICO	124
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	121

APRESENTAÇÃO

O processo de construção do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar Nutricional de Joinville foi significativo, desafiador e gratificante.

A constituição do Comitê Técnico no âmbito da CAISAN, com integrantes da Sociedade Civil e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ressignificou e legitimou uma luta histórica pela consolidação desta política pública, que por natureza é essencialmente intersetorial, mediadora e integradora.

A possibilidade de fazer parte deste processo contribuiu para construir um entendimento diferenciado em relação a SAN, seja na necessidade de dialogar com as demais áreas, ou, ainda, compreender que pensar e repensar este novo jeito de fazer política pública requer o desenvolvimento de habilidades e resgates enquanto ser humano. Superar o ego para efetivar uma construção coletiva do direito humano a alimentação adequada, mas que é algo muito peculiar e dependerá de uma mudança muito pessoal influenciada por diversos fatores e circunstâncias da vida de cada um. A mudança de hábitos é um processo que vem de dentro para fora.

Refletir quanto à promoção da SAN, a produção de alimentos, o acesso a alimentação adequada, Agricultura Familiar Agroecológica, Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana e Periurbana, Educação Alimentar e Nutricional- EAN, qualidade da água, enfim o universo da SAN nos possibilita compreender que as ações empregadas tornam-se investimento na qualidade de vida do cidadão joinvilense.

Sem dúvida estamos dando um importante passo e seguiremos firmes nesta caminhada. Preciso mencionar que sou grato pelo presente de conhecer duas políticas públicas tão extraordinárias. A missão de ser Presidente da CAISAN e Secretário de Assistência Social é um aprendizado que me estimula a buscar novos horizontes e novas perspectivas tanto pessoais como profissionais.

Vagner Ferreira de Oliveira

Secretário de Assistência Social e Presidente da CAISAN

APRESENTAÇÃO

Participar do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, foi uma grata surpresa no final do ano passado, e ser eleita Presidente foi a maior responsabilidade nesse momento tão especial de construção do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, apesar de ser da área de Nutrição, aprender mais sobre as atuais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN, validou todo meu interesse por este processo histórico de construção.

Sabemos o quanto é importante para a saúde uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente e balanceada, e por isso que estamos buscando nessa construção um futuro melhor para todos em nossa cidade, visto que, o intuito de garantir o direito humano a alimentação adequada e soberania alimentar permitiu-nos também vivenciar e estudar no contexto atual, as inúmeras desigualdades das condições de insegurança alimentar e nutricional, insegurança hídrica e situações de vulnerabilidade social. O Plano Municipal destaca a intersetorialidade, uma palavra nova neste aprendizado e com um significado maravilhoso a união de setores para um bem maior, e será assim na efetivação dele, a junção de muitas mãos para garantir o cumprimento e consolidação do nosso Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e suas sete (7) Diretrizes. Cada detalhe discutido com Profissionais e Sociedade Civil, que atuaram com dedicação em variados momentos desta construção coletiva e instigante. Foi surpreendente perceber o quanto as mudanças são almejadas e os anseios e projetos inseridos denotam esta vontade de transformar a realidade e buscar um horizonte da Segurança Alimentar e Nutricional e da exigibilidade do DHAA, mas é necessário manter o foco no monitoramento das ações propostas e assegurar que o poder público permaneça atuante.

Como Nutricionista e exercendo a Presidência do Conselho fiquei a frente de varias metas das quais serão mudanças para o município e junto com os Conselheiros podemos validar cada necessidade de melhoria e crescimento que será necessária para esse momento, a Educação Alimentar e Nutricional nos conceitos das diretrizes do plano, sempre visando um bem maior a saúde da população. Agradeço e parabenizo aos que participaram dessa empreitada para que os direitos sejam mantidos e ampliados dentro da área de Segurança Alimentar e Nutricional da maior cidade de Santa Catarina.

Luciene Viana Nunes

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEAN



CONTEXTUALIZAÇÃO

Localização

Localizada na região Sul do País, Município pólo da microrregião Nordeste do Estado de Santa Catarina, Joinville é a maior cidade catarinense, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. É também pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). E está em 21º lugar no ranking do PIB nacional. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O Produto Interno Bruto de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de R\$21.979.954,00 por ano (IPPUJ, 2016).

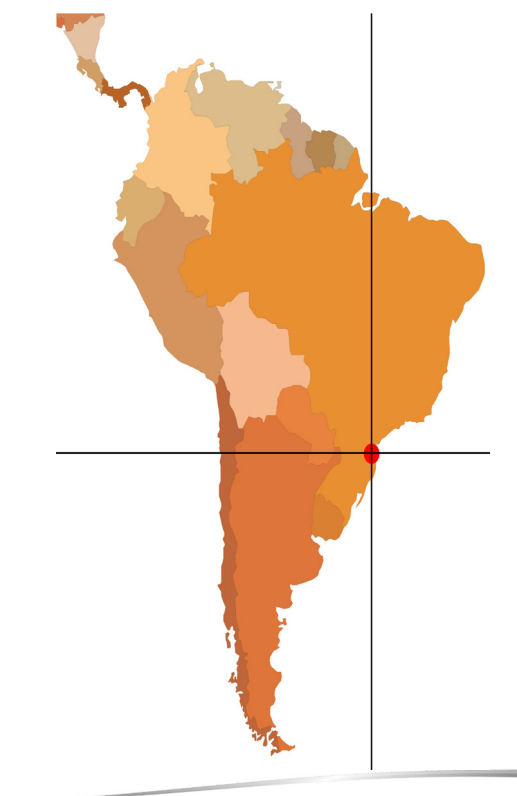


Figura 1. Mapa América do Sul

Latitude Sul	26° 18' 05''
Longitude Oeste	48° 50' 38''
Altitude da sede	4,5 m

Ponto Culminante	Pico Serra Queimada 1.325 m
Área do Município	1.124,46 km ²

História de Joinville

Habitualmente remonta-se o surgimento da Colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, ao contrato assinado em 1849 entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o príncipe e a princesa de Joinville (ele, filho do rei da França, e ela, irmã do imperador D. Pedro II), mediante o qual estes cediam 8 léguas quadradas à dita Sociedade para que fossem colonizadas. Assim, oficialmente, a história de Joinville começa com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus e a “fundação” da cidade em 9 de março de 1851.

Sabe-se, no entanto, que, há cerca de cinco mil anos, comunidades de caçadores já ocupavam a região, deixando vestígios (sambaquis, artefatos, oficinas líticas e fornos). Índios ainda habitavam as cercanias quando aqui chegaram os primeiros imigrantes. Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem portuguesa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul. Essas famílias adquiriram grandes lotes de terra (sesmarias) nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista e Itaum, e aí passaram a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho, entre outros.

Por volta da década de 1840, uma grave crise econômica, social e política assolou a Europa. Fugindo da miséria, do desemprego e de perseguições políticas, milhares de pessoas resolveram imigrar. Um dos destinos era a Colônia Dona Francisca, para onde vieram cerca de 17 mil pessoas, entre 1850 e 1888.



FOTO 1. Rua do Príncipe, 1866 / Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Em sua maioria, protestantes luteranos e agricultores sem recursos, estimulados pela propaganda que apresentava o lugar como se fosse um verdadeiro paraíso terrestre. A intenção da Sociedade Colonizadora, formada por banqueiros, empresários e comerciantes, era, entretanto, auferir grandes lucros com a “exportação” dessa “carga humana” e estabelecer uma Colônia “alemã”, vinculada aos interesses comerciais alemães, como, por exemplo, a especulação imobiliária.

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos (alemães e suíços que eram maioria no início - noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos.

Os primeiros tempos na Colônia foram difíceis para os imigrantes. Enfrentaram a natureza, a mata fechada, o solo pantanoso, o clima úmido e as doenças tropicais, responsáveis por inúmeras mortes. Superadas as dificuldades iniciais, a situação dos colonos melhorava sensivelmente.

Em 1866, Joinville foi elevada à categoria de vila, desmembrando-se politicamente de São Francisco do Sul. Em 1877, foi elevada à categoria de cidade.

Em 1877, Dona Francisca já contava com cerca de 12 mil habitantes, a maioria vivendo na área rural.

A indústria e o comércio, porém, começavam a se destacar. Havia 4 engenhos de erva-mate, 200 moinhos e 11 olarias. Exportava-se madeira, couro, louça, sapatos, móveis, cigarros e mate; importava-se ferro, artigos de porcelana e pedra, instrumentos musicais, máquinas e instrumentos agrícolas, sal, medicamentos, trigo, vinho, cerveja, carne seca e sardinha.

Na década de 1880, surgiram as primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas. O mate transformou-se no principal produto de exportação da Colônia Dona Francisca. O seu comércio, iniciado por industriais vindos do Paraná, deu origem às primeiras fortunas locais. Nesse período, Joinville já contava com inúmeras associações culturais (ginástica, tiro, canto, teatro), escola, igrejas, hospital, loja maçônica, corpo de bombeiros, entre outros, cujo modelo de organização era o existente nos países de origem dos colonos de descendência germânica.

No início do século XX, uma série de fatos acelerou o desenvolvimento da cidade. Foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que passava por Joinville, rumo a São Francisco do Sul. Surgia a energia elétrica, o primeiro automóvel, o primeiro telefone e o sistema de transporte coletivo. Na área educacional, o professor paulista Orestes Guimarães promoveu a reforma no ensino em Joinville.

Em 1926, a cidade tinha 46 mil habitantes. O chefe do executivo era o superintendente (depois prefeito), auxiliado por quatro intendentes por ele escolhidos. O poder legislativo era formado por nove conselheiros (depois

Surge, assim, o capital acumulado durante décadas pelos imigrantes germânicos e seus descendentes.

A partir de 1938, a cidade passou a sofrer os efeitos da “Campanha de Nacionalização” promovida pelo governo Vargas. A língua alemã foi proibida, as associações alemãs foram extintas, alemães e descendentes foram perseguidos e presos. Essas ações intensificaram-se ainda mais com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Foi o período mais triste da história da cidade.

Entre as décadas de 1950 e 1980, Joinville viveu outro surto de crescimento. Com o fim do conflito mundial, o Brasil deixou de receber os produtos industrializados da Europa. Isso fez com que a cidade se transformasse, em pouco tempo, num dos principais pólos industriais do país, recebendo, por isso, a denominação de “Manchester Catarinense” (referência à cidade inglesa de mesmo nome).

O perfil da população modificou-se radicalmente com a chegada de imigrantes vindos de várias partes do país, em busca de melhores condições de vida. Aos descendentes dos imigrantes que colonizaram a região, somam-se hoje pessoas das mais diferentes origens étnicas, formando uma população de cerca de 546.981 mil habitantes. Joinville vive o dilema de uma cidade que pretende preservar sua história e inserir-se na “modernidade” (IPPUJ, 2016).

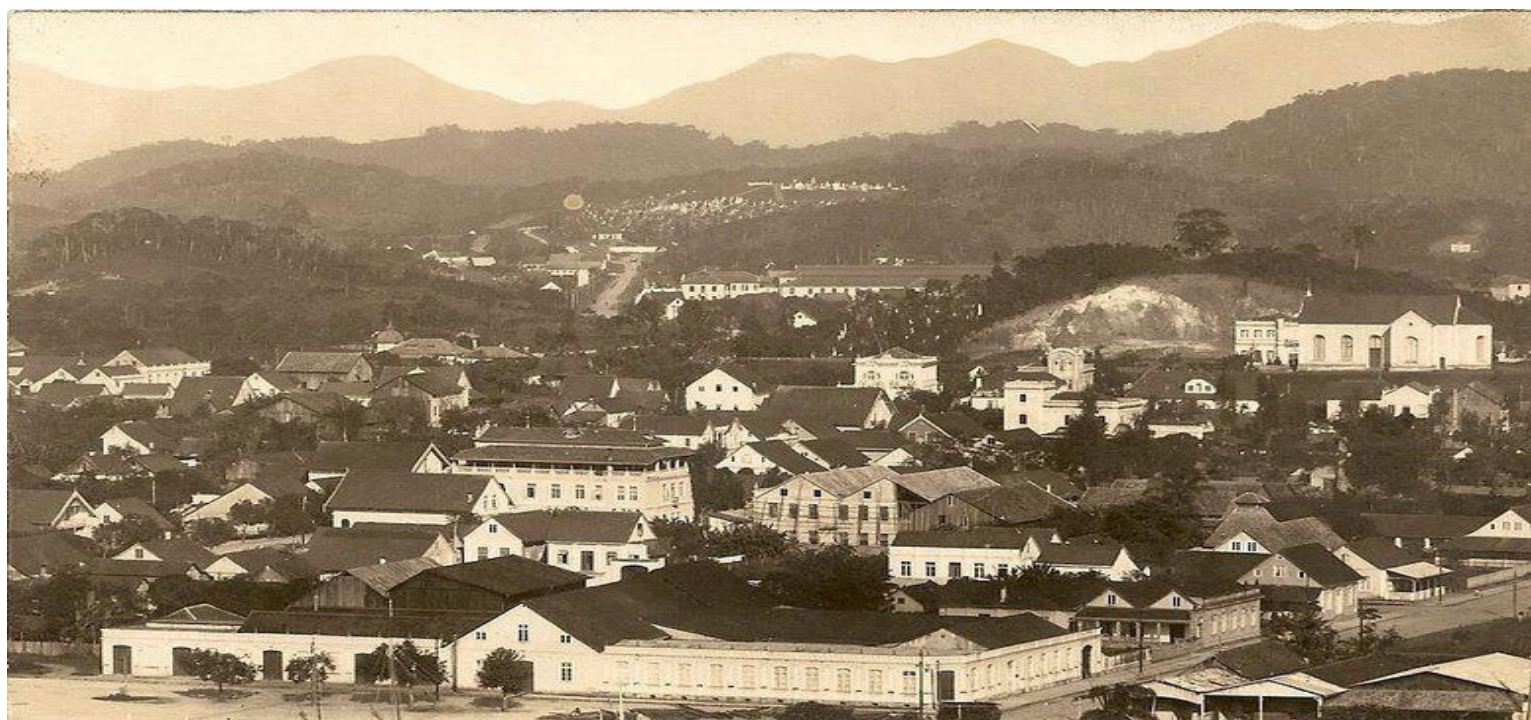


FOTO 2. Vista Panorâmica de Joinville, 1926 / Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Joinville, é a maior cidade do Estado de Santa Catarina, possuindo uma área de 1.120,81 km², distribuído em 41 Bairros e 6 Subprefeituras.

1 Quadro: Dados Gerais de Joinville

Área	1.120,81 km ²
IDHM (2010)	0,809
População	515.288 habitantes
IDHM Educação (2010)	0,749
IDHM Longevidade	0,889
	Esperança de vida ao nascer 78,34
IDHM Renda	0,795
	Renda Per capita R\$ 1.126,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (BRASIL, 2013)

População

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 2010 a população era de 515.288 habitantes e uma estimativa de 569.645 mil habitantes em 2016.

Destes 515.288 habitantes em 2010, 497.850 encontram-se na área urbana e 17.438 na área rural do Município.

Direito Humano a Alimentação Adequada- DHAA

A Legislação brasileira garante uma forte base legal no que se refere ao Direito Humano a Alimentação Adequada- DHAA. O Brasil é parte de todas as convenções internacionais relevantes sobre o DHAA e ratificou, sem reservas, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Em 1992 este tratado internacional foi incorporado ao ordenamento Jurídico brasileiro.

A Constituição Federal, que abordou a Assistência Social (LOAS 8.742/93), o direito humano à alimentação não havia sido mencionado, ocorrendo somente após inúmeras discussões realizadas pelos grupos organizados e pelo poder público nas três esferas de governo, ocasionando à alteração na Constituição Federal com a Emenda Constitucional 064/2010, citando e garantindo a alimentação como direito fundamental junto com os demais direitos:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2010).

Em 2002, o Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação definiu o DHAA como: O Direito à Alimentação Adequada é um Direito Humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva”

O Direito Humano à Alimentação Adequada está previsto originalmente no art. 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde é discutido no contexto da promoção do direito a um padrão adequado de vida. O mesmo direito é reafirmado no art. 11º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

O DHAA começa pela luta contra a fome, mas, caso se limite a isso, não estará sendo plenamente realizado. Assim, conforme os documentos internacionais de Direitos Humanos existem duas dimensões indivisíveis do DHAA que são o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada. E para realizar essas duas dimensões, o Direito Humano à Alimentação Adequada requer a garantia de todos os demais Direitos Humanos. (ABRANDH-FAO)

Os seres humanos necessitam de muito mais do que ter uma alimentação nutricionalmente equilibrada. Na realidade, o DHAA não deve - e não pode - ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo: a alimentação para o ser humano é retrato de sua cultura e sua relação com o mundo e deve ser entendida como processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã.

“Sabemos que as leis, por si só, não são capazes de garantir aquilo que elas estabelecem. É necessário prosseguir e aprofundar a participação da sociedade e governo nesta direção.” (Chico Menezes).

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá um retrato das situações de SAN e INSAN em Joinville, um dos seus objetivos é consolidar programas e ações, explicitar responsabilidades dos órgãos e entidades, apresentar

metas, objetivos estratégicos, cujos resultados devem ser monitorados e avaliados para permitir a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação.

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

O Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN é um Sistema público legalmente constituído, que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover em todo território nacional o Direito Humano à Alimentação Adequada- DHAA.

O SISAN foi instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN, nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e apresenta-se como resultado da luta incessante de muitos brasileiros e da sociedade civil organizada nas suas diferentes formas, pois esta ampla mobilização ocasionou a realização da 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada em 1986, que deliberou acerca da criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no intuito de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ou seja, uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista sócio-econômico e agroecológico (BRASIL, 2006).

Em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. Essa mudança fundamental na forma de encarar o direito à alimentação e o compromisso internacional de redução das estatísticas relacionadas com a fome colocam o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem estar alimentar de sua população.

Em 1996, porém, essas intervenções pontuais do lado da produção e consumo assumem outra dimensão e têm outros objetivos. Naquele ano o governo brasileiro, juntamente com outra centena de países, passa a olhar esse conjunto de políticas dentro de um esforço geral para a redução da situação de fome em seus territórios. Reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, diversos dirigentes de países – entre eles o Brasil – firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famintas até 2015 (MACHADO *et al*, 2015).

Em 2001, ocorreu o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, na cidade de Havana, em Cuba, com o objetivo de analisar a perda de soberania sobre os recursos alimentares dos países do terceiro mundo (CUSTÓDIO *et al*, 2011).

Em 2004 quando da realização da 2a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Olinda (PE), foi deliberado a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que criou o SISAN.

A criação do CONSEA data o ano de 1993, e teve uma vida relativamente curta, sendo extinto em 1995, novos arranjos institucionais e interpretações foram atribuídos a Política de SAN. Em 2003, os temas da fome e da SAN retornaram com novo ímpeto na esfera governamental, CONSEA foi recriado como órgão de assessoramento da Presidência da República, na instituição do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e em um conjunto de Políticas Públicas visando à melhoria da renda, o aumento da oferta de alimentos básicos, o barateamento dos alimentos e ações específicas (FAO, 2014).

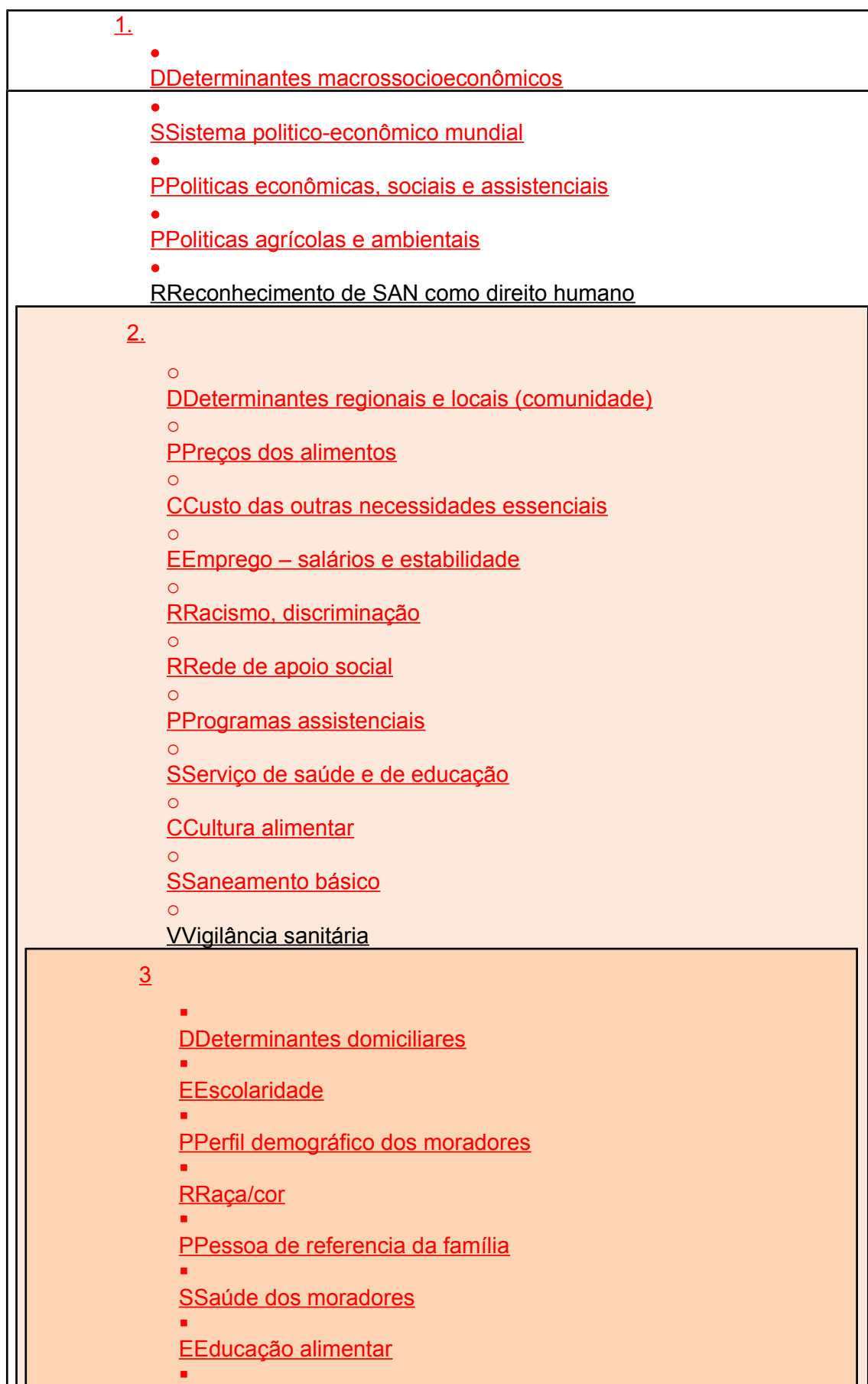
A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em junho de 1999 pela Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999, é uma declaração do compromisso do Ministério da Saúde com a erradicação dos males relacionados à falta de alimentos e à pobreza, principalmente a desnutrição infantil e materna, e também o sobrepeso e a obesidade na população adulta.

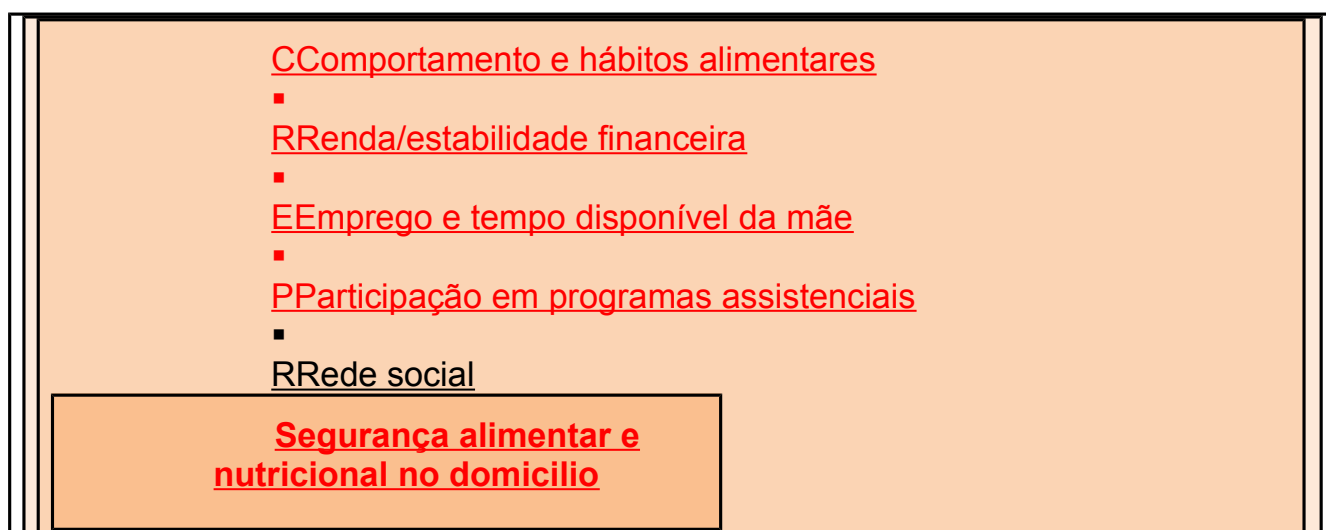
Uma das diretrizes da PNAN prevê o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população que é realizado através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (COUTINHO *et al*, 2009).

A Lei Orgânica, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN),.

Procurando mostrar a relação deste marco conceitual específico e intersetorial e ilustrar o caráter multidimensional da SAN num esquema integrado, é apresentado na figura 1 um modelo conceitual dos determinantes associados à SAN.

2 Quadro. Modelo conceitual dos determinantes associados à segurança alimentar e nutricional.





Portanto, o direito de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser produto da benemerência ou resultado de ações de caridade, mas sim, prioritariamente, de uma obrigação que é exercida pelo Estado que, em última análise, é a representação da nossa sociedade.

Âmbito Municipal da Política de SAN

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN, em Joinville foi instituída pela Lei Nº 4839 de 1º de outubro de 2003 e implementada pela Lei 7.306, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre: a Política, sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do município de Joinville e cria os componentes municipais do SISAN e dá outras providências:

No Art. 1º esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do município de Joinville, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como cria os componentes municipais necessários à participação nesse sistema.

A Regulamentação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, instituída pela Lei Orgânica Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em 24 de Outubro de 2012, aconteceu em Fevereiro de 2015 por meio da Portaria 10/2015.(Portaria 10 de 18/02/2015).

Segundo o Art. 32 da Lei 7.306 a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, componente municipal no âmbito do SISAN, tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública.

A CAISAN é um dos componentes desta intrincada TEIA e para assegurar o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável é necessário reconhecer que a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional é fundamental e deve ser encarada como investimento.

A prerrogativa de construção dos Planos de SAN é da CAISAN, no entanto, estrategicamente foi definido um processo de construção diferenciado, com a instituição de um Comitê Técnico composto por diversos atores da sociedade civil e não apenas o Pleno Colegiado da CAISAN.

Esta decisão foi muito significativa e determinou uma caminhada legitimada e alicerçada. Inicialmente foi realizada uma reunião Extraordinária da CAISAN de Joinville com a participação da CAISAN Estadual e do CONSEA Estadual, com orientações para a construção do Plano Municipal. Após esta reunião e verificada a demanda de trabalho, resgatamos uma ação que a CAISAN já havia desenvolvido de levantamento de informações de cada Secretaria componente da CAISAN. Este reconhecimento das ações já realizadas serviu de base para elaboração dos diagnósticos setoriais das Políticas Públicas.

Em seguida o Comitê Técnico teve os trabalhos conduzidos pela ferramenta Desing Thinking, com o auxílio do Servidor Público Marcus Rodrigues Faust, este percurso foi encorajador e instigante, ao final deste momento foram criados Grupos de Trabalho para a elaboração, compilação e construção do diagnóstico e da minuta do conteúdo a ser inserido no Plano.

Durante a discussão das Diretrizes, observou-se a necessidade de criar um GT na Área de Segurança Alimentar e Nutricional para realizar análise dos materiais referenciais e elaboração de uma minuta com Objetivos e metas. Após a conclusão deste trabalho foram realizadas algumas reuniões com o Comitê Técnico para validação do material. Após aprovação do Pleno Colegiado da CAISAN, a minuta do Plano foi enviada ao COMSEAN, onde foram realizadas diversas reuniões extraordinárias para apreciação e deliberação, os meses de Junho e Julho terão na história do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville um marco histórico, da dedicação e empenho de Conselheiros que seguem a missão de

construir uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville, tal qual os guerreiros que muito antes de 2003 já travavam batalhas, mas o marco legal se deu em 2003 quando da instituição do controle social desta que por natureza é uma Política Pública integradora.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEAN

A partir da Constituição Federal de 88 os Conselhos passaram a fazer parte da gestão pública enquanto instância de Controle Social, diretamente vinculados ao poder executivo, embora não subordinados à ele. Os conselhos têm como característica fundamental o poder de controlar e fiscalizar as ações públicas do Estado e das organizações sociais. São espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. Os conselhos são canais de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.

Constituído de 24 (vinte quatro) membros titulares, sendo 1/3 (um terço), de entidades governamentais, e 2/3 (dois terços), de entidades não governamentais legalmente constituídas, ligadas a Segurança Alimentar e Nutricional, eleitas em fórum próprio.

Desde sua criação o COMSEAN tem trabalhado incansavelmente para garantir o Controle Social no que tange a política de SAN em nosso município, com participações decisivas em várias ações e eventos.

Dentre eles, destacamos: Fórum para discutir o Processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação; Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Escolar; Semana Mundial da Alimentação - Dia Mundial da Alimentação; Reunião de Articulação com municípios da região para aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar; Participação de conselheiros na Comissão de Implantação dos Restaurantes Populares, Estudo e elaboração do Projeto de Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville; Aprovação da Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – a qual cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável;

Acompanhamento da Implantação e Implementação do Banco de Alimentos; Elaboração de diretrizes para implantar a política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em sintonia com as diretrizes traçadas pelos conselhos: estadual e nacional.

Em Junho de 2015 aconteceu a primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville, contou com a presença de 172 participantes.

O momento atual e do qual a Política de Segurança Alimentar e Nutricional faz parte, em Joinville, é o de implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Apesar dos desafios impostos por sua natureza intersectorial, representa a certeza de uma longa, árdua, mas prazerosa caminhada, que avança, a cada passo, com o aprendizado construído e principalmente com o entendimento por parte de SEUS ATORES do seu real significado. Compreendendo ainda, que é crucial a integração dos esforços entre TODOS, bem como o reconhecimento de todos aqueles e aquelas que já deixaram seus passos marcados nesta caminhada e que nos possibilitam dar continuidade neste caminhar construtivo em busca do cumprimento do DHAA.

Dimensões da Política de SAN

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como regulamenta a Lei 11.346 de 2006, “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Os avanços no campo da Segurança Alimentar e Nutricional são visualizados tanto no âmbito Federal como Municipal, é necessário reconhecer que a institucionalização desta política pública é um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos. Afinal, a fome e a insegurança alimentar são desafios muito antigos na realidade brasileira, associados

principalmente à pobreza, ausência de educação alimentar e nutricional e especialmente ausência de políticas públicas efetivas.

Um dos grandes desafios neste processo de construção do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é justamente a construção e resgate histórico, bem como um diagnóstico fidedigno, capaz de dar conta de legitimar todos os atores comprometidos e as ações relacionadas à política de SAN no nosso Município. Cabe-nos o reconhecimento e o respeito pela caminhada até aqui, se conseguimos continuar nesta jornada é porque muitos passos já foram dados anteriormente.

Neste sentido, uma das decisões tomadas, considerando a amplitude da Política de SAN e respaldados pelo Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, foi buscar uma contextualização baseada nas sete dimensões de análise, visto que a realização de um Diagnóstico Municipal de SAN é meta para o Plano em si. Ressaltamos, no entanto, que algumas das Políticas Públicas cujos membros compõem a CAISAN, realizaram seus Diagnósticos setoriais, a destacar: Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural (Agricultura) e Assistência Social. Esta leitura foi fundamental, para a compreensão dos desafios e possibilidades que vislumbram no horizonte da consolidação da SAN em Joinville.

Produção e Disponibilidade de Alimentos

Embora desafiadora, a produção de alimentos na maior cidade do Estado caracterizada como pólo industrial, revela-se bastante significativa. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI/SC, o setor agropecuário de Joinville tem relevante participação na produção agrícola da região de abrangência da Agência de Desenvolvimento Regional- ADR. Possuindo 1.159 produtores agropecuários, representando 38% do total de estabelecimentos sendo responsável por aproximadamente 35% da produção de arroz, 22% de banana, 69% cana-de-açúcar, 52% aipim.

Ao analisarmos os aspectos econômicos e da produção de alimentos do Município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e

agricultura. No caso da pecuária, segundo a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal – PAM, realizada pelo IBGE em Joinville no ano de 2015, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são: Galinhash, Galos, frangos e pintos, Bovino, Suíno e Caprino.

Além do campo da pecuária, a pesquisa também apresenta dados relacionados à agricultura local que apontam para 5 (cinco) principais culturas de agricultura do Município, divididas entre aquelas permanentes e temporárias, sendo: Permanente: Banana, Palmito. Temporária: Arroz (em casca), Cana-de-açúcar, Mandioca, Batata- inglesa, Batata- doce.

A Pesquisa da Produção Agrícola Municipal – PAM, realizada pelo IBGE em Joinville no ano de 2015, aponta ainda que foram cultivados: 19.600 toneladas de arroz em 2.800 hectares, 23.450 toneladas de banana em 670 hectares, 50.000 toneladas de cana de açúcar em 1000 hectares, 15.000 toneladas de mandioca em 1000 hectares e 2000 toneladas de palmito em 500 hectares.

Segundo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, Joinville possuía 1.680 agricultores familiares, que correspondia a 86% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 45% da área, ocupavam 82% da mão de obra do setor e participavam com 70% do valor da produção agropecuária municipal. E, destes, 425 agricultores familiares estavam cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ativa no Município.

Nas últimas décadas o Estado de Santa Catarina é um dos destaques nacionais na produção de gêneros alimentícios para exportação, sendo fortemente reconhecido como um dos maiores produtores de suínos e aves de todo o território nacional. Segundo o relatório anual (2012-2013) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/SC), houve um aumento na produção de produtos vegetais, principalmente relacionados às variedades de frutas, além dos cultivares tradicionais de maçã, banana e uva, quando comparados às análises anteriores (DOROW, 2013). Vale destacar, que Joinville tem seu percentual de contribuição neste panorama, conforme já destacado acima.

Em Joinville, a ocupação dos espaços rurais se deu ao longo dos fundos de vales, ocorrendo à atividade agropecuária nas planícies aluviais. A preservação da mata nativa por parte do agricultor é evidente já que cerca de 70% da área do município ainda se encontra com cobertura florestal da Mata Atlântica. Neste contexto destacamos a Agricultura Familiar Agroecológica.



FOTO 3. Grupo de Agroecologia Rio Cristina

Segundo dados da Secretaria de Educação, a compra da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar iniciou em 2009, conforme a Resolução 038 de 16 julho de 2009 e Lei nº 11947 de 16 de julho de 2009.



FOTO 4. Produtos Agricultura Familiar

Tabela 1. Dados Programa Nacional de Alimentação Escolar entre os anos de 2009-2015

ANO	Repasse FNDE	Compra da Agricultura Familiar	% adquirida
2009***	R\$ 2.764.990,80	R\$ 406.554,88	14,7%
2010 **	R\$ 3.880.440,00	R\$ 1.247.128,75	32,14%
2011*	R\$ 4.155.228,00	R\$ 1.323.985,74	31,86%
2012*	R\$ 4.319.016,00	R\$ 1.509.015,52	34,94%
2013*	R\$ 4.966.168,00	R\$ 1.913.949,69	38,54%
2014*	R\$ 4.812.580,80	R\$ 2.190.129,75	45,51%
2015**	R\$ 5.580.858,00	R\$ 2.618.679,37	46,9%

*<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar> – acessado em: 27/10/2015

** Fonte: Demonstrativo sintético anual da execução físico- Financeira

*** Conforme empenho 331

Segundo dados da Secretaria de Educação, os alimentos adquiridos da agricultura familiar em 2015 foram: Arroz integral orgânico, Arroz parboilizado orgânico, Arroz polido orgânico, Carne bovina – Bife de coxão mole, Carne bovina - Iscas de patinho, Carne suína – pernil, Doce de leite, Feijão carioca, Feijão Preto, logurte sabor coco, logurte sabor morango, Leite integral longa vida, Mel, Pão caseiro fatiado de inhame e linhaça, Pão caseiro fatiado integral e orégano, Pão caseiro fatiado integral com linhaça, Pão mini massinha com fibras, Suco de maracujá, Suco de uva orgânico, Hortifruti, Ovos.

No nosso município, de modo geral a agricultura familiar experimentou significativas transformações nas últimas décadas. O cenário atual revela importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar, indo desde o Turismo Rural ao fornecimento de alimentos aos diferentes Programas das Políticas Públicas.

O Programa de Aquisição de Alimentos– PAA, é um exemplo destas transformações, segundo relata a Coordenação do referido Programa, que afirma o aumento da participação e os resultados positivos observados ao longo destes 7 anos de operacionalização. O PAA é voltado para agricultores familiares inscritos no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) bem como aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes e quilombos e agricultores assentados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo

Uma das modalidades do PAA é a compra direta com doação simultânea e tem como objetivo promover a garantia do direito humano à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de trabalho e renda no campo e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente, na região produtora.

Em 2006 foi realizado o PAA via CONAB juntamente com a extinta Fundação 25 de Julho (após reforma administrativa ocorrida no início de 2017: Secretaria de Desenvolvimento Rural) e Secretaria de Assistência Social.

Em 2010 foi assinado o Convênio do município com o MDS para a realização do PAA, modalidade compra com doação simultânea que começou a ser operacionalizado em 2011.

Em 2013 o PAA Municipal muda da situação de convênio para Termo de Adesão, onde o dinheiro investido é repassado do MDS diretamente para o agricultor fornecedor.

A operacionalização do PAA em 2016 aconteceu em período muito curto de 04 de Outubro a 6 de Dezembro, devido a entraves burocráticos

Tabela 2. Dados do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2011-2016

Ano	Quantidade de alimentos adquiridos	Recurso utilizado
2011	+ de 190 toneladas	R\$ 297.894,60
2012	+ de 307 toneladas	R\$ 409.179,70
2013	+ de 189 toneladas	R\$ 290.927,08
2014	+ de 112 toneladas	R\$ 301.386,99
2015	Não houve execução do Programa	
2016	+ de 56 toneladas	R\$ 195.752,58

Outro exemplo a destacar em relação à produção de alimentos tem seu marco histórico o dia 11 de Maio de 2012, quando aconteceu o 1º Seminário de Agricultura, que foi articulado e organizado pelo Coletivo Metropolitano do Centro de

Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana- CAAUP da Universidade Federal de Santa Catarina e que a Prefeitura de Joinville foi uma das parceiras do Seminário, por meio da extinta Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Companhia Águas de Joinville.

A Agricultura Urbana e Periurbana é um conceito multi dimensional que inclui a produção, transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas e pecuários. Incentiva, entre outras ações, o desenvolvimento de hortas comunitárias. Busca cumprir um papel estratégico no abastecimento alimentar das cidades brasileiras.

O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, exigiu que fossem traçadas estratégias para implementar espaços comunitários de produção (jardins produtivos) como ferramenta de exigibilidade do Direito Humano a Alimentação Adequada, voltados às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Uma das ações resultantes desse movimento foi a criação das Hortas Comunitárias através dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana. Atualmente, existem 6 hortas em funcionamento na cidade de Joinville onde a Secretaria de Desenvolvimento Rural presta Assistência Técnica, a mais antiga é a horta comunitária do Costa e Silva, onde a Associação de Moradores Parque Douat é responsável pelo funcionamento.

As outras Hortas são: Girassol (Aventureiro); Roseiras (Dom Gregório Warmling); Figueira (Jardim Sofia); Ipês (Bairros Paranagúamirim); Parque Douat (Bairro Costa e Silva); Juquiá (Bairro Ademar Garcia/Ulisses Guimarães). Estão implantadas em terrenos públicos e são administradas por uma Associação de Hortas Comunitárias, com exceção da Horta Costa e Silva.

Renda e Condições de Vida

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 515.288 residentes, dos quais 3.644 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa

que 0,7% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 296 (8,1%) viviam no meio rural e 3.348 (91,9%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município havia 260 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 162 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 778 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 207 jovens nessa situação. Foram registradas 475 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza, 38,6% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

No entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Joinville é 0,809, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,889, seguida de Renda, com índice de 0,795, e de Educação, com índice de 0,749.

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município Joinville - SC

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,365	0,560	0,749
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	40,47	53,51	70,87
% de 5 a 6 anos na escola	23,46	58,98	81,65
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	57,82	75,58	91,60
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	37,58	57,92	74,72
% de 18 a 20 anos com médio completo	20,12	36,77	59,99
IDHM Longevidade	0,793	0,869	0,889
Esperança de vida ao nascer			
Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.	72,58	77,14	78,34
IDHM Renda	0,692	0,739	0,795
Renda per capita (em R\$)	592,18	796,17	1.126,74

O IDHM passou de 0,711 em 2000 para 0,809 em 2010, representando uma taxa de crescimento de 13,78%. Joinville ocupa a 21ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A população do município de Joinville ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1.85% ao ano, passando de 429.004 para 515.288 habitantes. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 96,59% e em 2010 passou a representar 96,62% e 3,38% em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 4,9% em média. Em 2000, este grupo representava 6,6% da população, já em 2010 detinha 8,8% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,69% ao ano). Crianças e jovens detinham 27,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 119.418 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 21,6% da população, totalizando 111.419 habitantes.

Tabela 4. Estrutura Demográfica de Joinville entre as faixas etárias nos anos de 2000 e 2010.

	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
2000	119.418	121.361	74.504	86.085	28.236
2010	111.419	141.953	86.367	129.818	45.404

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,42% ao ano), passando de 281.950 habitantes em 2000 para 358.151 em 2010. Em 2010, este grupo representava 69,5% da população do município.

A renda per capita média de Joinville cresceu 90,27% nas duas últimas décadas, passando de R\$ 592,18, em 1991, para R\$ 796,17, em 2000, e para R\$ 1.126,74, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,44%

Os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho e permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 2% e é maior que a do Estado.

Conforme dados do Censo de 2010, o percentual de pessoas de referência desempregadas de domicílios particulares permanentes era de 2,00% no município, no Estado este percentual era de 1,6%.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 59.826. No último ano, as admissões registraram 114.882 contratações, contra 112.980 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 184.239 postos, 41,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 40,1% no mesmo período.

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 47,1%, passando de R\$ 9.071,5 milhões para R\$ 13.345,2 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 52,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 10,63% para 10,28% no período de 2005 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 49,6% do PIB municipal. No que se refere ao setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 38,3% em 2010, contra 40,5% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 40,5% em 2005 para 28,7% em 2010.

No período de janeiro a dezembro de 2014, foram registradas 2.500 admissões no mercado de trabalho formal. A maior quantidade de admissões concentrou-se na área de Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, com 739 admissões no período e salário médio de admissão em R\$ 1.182,73.

No que se refere ao analfabetismo, em 2010 a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 2,1%. Na área urbana, a taxa era de 2,1% e na zona rural era de 4,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 0,9%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

Tabela 6. Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária - 2010

0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos
29,8%	70,9%	97,3%

Fonte: Ministério da Educação

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 191 não sabiam ler ou escrever, o que representa 8,1% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 116 eram chefes de domicílio.

O Censo de 2010 revelou que no município havia 239 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 91,6% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 89 crianças fora da escola (55,0 das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 39 (5,1%). Entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 52 estavam fora da escola (25,0% do jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

Do total de extremamente pobres no município, 1.924 são mulheres (52,8%) e 1.720 são homens (47,2%). Do total a população em extrema pobreza do município, 2849 (78,2) se classificaram como brancos e 791 (21,7%) como negros. Dentre estes últimos, 81 (2,2%) se declararam pretos e 710 (19,5%) pardos. Outras 05 pessoas (0,1%) se declararam amarelos ou indígenas.

Tabela 7. População em situação de extrema pobreza por faixa etária em 2010

Idade	Quantidade
0 a 3	260
4 a 5	162
6 a 14	778
15 a 17	207
18 a 39	985
40 a 59	777
65 ou mais	475
Total	3.644

Fonte: Censo Demográfico IBGE/2010

Com relação aos jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio, os dados do Censo 2010 apontam que o município possuía 8.287 jovens fora do ensino médio.

Em relação ao ensino superior, 53.108 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior.

Com base nos dados do Censo 2010, 5.077 jovens não estavam estudando nem estavam ocupados, entre os quais constavam 866 jovens negros. Enquanto na juventude em geral o percentual de jovens negros corresponde a 15,0% entre os jovens que não estavam ocupados, o percentual de jovens negros é de 17,1%.

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 99,8% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 95,5% dos domicílios particulares permanentes e 75,7% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Outra fonte de dados importantes sobre as condições de renda da população é o Cadastro Único para Programas Sociais, o qual reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em fevereiro de 2017 era de **24.190** dentre as quais:

4.898 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;

2.788 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;

8.500 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;

7.443 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Um dos Programas Sociais acessados por meio do Cadastro Único é o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres. O PBF beneficiou, no mês de março de 2017, **6.263 famílias**, representando uma cobertura de 72,5 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,43 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.130.007,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2016, atingiu o percentual de 96,7%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 7.145 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 7.388. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 82,2%, resultando em 1.208 jovens acompanhados de um total de 1.470.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 51,1 %, percentual equivale a 2.731 famílias de um total de 5.341 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Tabela 6. Número de Pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família nos anos de 2013 a 2015

CadÚnico/Programa Bolsa Família	2013	2014	2015
Cadastro Único	22.716	23.984	22.817
Programa Bolsa Família	6.173	6.161	6.312

Fonte: SIMAS/SAS – Abr./2016

Outro Benefício Sociassistencial é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício de distribuição de renda no âmbito da Assistência Social, instituído na Constituição Federal de 1988. O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Tabela 9. Número de Pessoas atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos anos de 2013 a 2015

BPC	2013	2014	2015
BPC Idoso	2.267	2.398	2.455
BPC Pessoa com Deficiência	2.523	2.689	2.822

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/SAGI/Abr./2016

Acesso à alimentação adequada e saudável

A constituição de 1988 traz uma nova concepção para Assistência Social de Política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. “(...) como política pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.” PNAS, pg31

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, seguindo as diretrizes da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993, é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem como função primordial a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (NOB/05).

Sua implantação tem sido realizada num amplo processo democrático que requer a afirmação da política como estatal e alicerçadora de direitos, em resposta às necessidades sociais e estratégicas no enfrentamento das desigualdades que atingem a maioria da população.

Vale destacar que a SAS possui 6 Centros de Referência de Assistência Social- CRAS , 3 Centros de Referência de Assistência Social- CREAS, Serviço de Referência de Proteção Social Básica- SRPB que atende usuários que não tem CRAS no seu território, o Programa Eco Cidadão, Abrigo Infante Juvenil, Casa Abrigo Viva Rosa, Programa Famílias Acolhedoras, Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de Rua- CENTRO POP, Restaurante Popular Herbert José de Souza, Restaurante Popular Zilda Arns Neumann, Programa de Aquisição de Alimentos- PAA- Área de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo desenvolvida intersetorialmente, vinculada administrativamente à Secretaria de Assistência Social e estruturando-se na Área de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN, Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEAN. Todos estes componentes do SISAN são fundamentais para a consolidação da Política de SAN e para a execução das ações relacionadas.

A reestruturação da Área de Segurança Alimentar e Nutricional e especialmente a construção do Plano de SAN no âmbito da CAISAN, trouxe a tona debates e reflexões bastante pertinentes sobre a necessidade de realização de ações relativas à Política de SAN nos Serviços, Programas e Equipamentos Públicos de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional- EPSANs, observamos a inexistência de acompanhamento, regulação e elaboração de cardápios nos Serviços, ausência de ações de Educação Alimentar e Nutricional, entre outros desafios observados.

Destacamos os seguintes EPSANs, vinculados diretamente a Secretaria:

1.8.3.1 Restaurantes Populares

Os Restaurantes Populares em Joinville estão em funcionamento desde 2008. Neste período, estes Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional- EPSANs, tornaram-se referência no município por servir refeição com segurança alimentar e nutricional e custo acessível aos usuários/ cidadãos.

A Secretaria de Assistência Social repassa mensalmente por meio de Contrato de Gestão com a Associação de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville- ASANJ, recurso para complementar o valor da refeição. A ASANJ é uma Organização Social sem fins lucrativos, desta forma todo o recurso é revertido para otimizar a qualidade da refeição servida.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação dos Restaurantes, o restaurante Zilda Arns no bairro Adhemar Garcia atende entre 450 a 600 refeições/dia, de segunda a sexta- feira, das 11h às 14 horas. Dados relativos ao mês de Março de 2017.

O Restaurante Herbert de Souza do bairro Bucarein aberto em 2008 está com as obras de reforma e modernização concluídas, estando agora em fase de limpeza, manutenção e aquisição de equipamentos e utensílios para reabertura prevista para 24 de Abril de 2017. Este restaurante servia em média 1000 refeições dia.

O restaurante popular se destaca por atender um público de diversos segmentos, dentre eles, aposentados, estudantes, trabalhadores formais e informais, pessoas em situação de vulnerabilidade social e outros, que usufruem de um cardápio nutricionalmente adequado.

O Restaurante Popular segue rigorosamente a premissa do Direito Humano a Alimentação Adequada- DHAA. O cardápio é composto de 1 tipo de carne, arroz, feijão, 2 tipos de salada, 1 guarnição e fruta, a qual é servida em forma de suco natural ou in natura. Perpassamos por todas as bases de uma alimentação saudável, o que inclui também o controle higiênico- sanitário.

Além disso, os produtos utilizados são inspecionados e monitorados até o momento da distribuição aos usuários, pois o objetivo é prevenir algumas doenças. Ainda pensando na saúde, o Restaurante Popular procura educar os usuários nutricionalmente, realizando mensalmente atividades de educação nutricional, na forma de oficinas, palestras, atividades com grupos nas UBS.

Segundo Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Prevalência e Fatores associados à Insegurança Alimentar em Usuários de um restaurante Popular de Joinville, Santa Catarina*, que teve como objetivo: identificar associação entre fatores sociodemográficos e estado nutricional com insegurança alimentar em usuários de um restaurante popular em Joinville- SC.

A referida investigação foi realizada pela Acadêmica de Nutrição do Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Patricia Girardi. Contou com a participação de 233 usuários. Obteve os seguintes resultados: a insegurança alimentar esteve presente em 68,2% dos entrevistados (37,8% com insegurança alimentar leve, 17,2% moderada e 13,3% grave) e sua presença esteve associada com o gênero do entrevistado ($p=0,019$) e do chefe de família ($p<0,001$) e com a escolaridade do entrevistado ($p=0,021$). Embora o estado nutricional não tenha se associado estatisticamente, destaca-se a elevada prevalência de excesso de peso encontrada (60,9%).

Conclusões: Fazem-se necessárias mais ações que promovam a segurança alimentar e nutricional, em especial voltada para as mulheres, uma vez que o gênero feminino esteve associado à insegurança alimentar. Salienta-se a relevância do tema abordado e sugerem-se novas pesquisas relacionadas a essa temática preferencialmente prospectivas, uma vez que são escassos estudos sobre a segurança alimentar e nutricional em Santa Catarina e em especial no município de Joinville. A mensuração da prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar é de suma importância para o desenvolvimento de ações que visem a garantia da segurança alimentar e nutricional, devendo estas ser direcionadas às áreas de maiores vulnerabilidades sociais.

Segundo Trabalho de Conclusão de curso intitulado *Perfil Socioeconômico e Nutricional dos usuários de um Restaurante Popular em Joinville/SC*, com o objetivo: verificar estado nutricional dos usuários do Restaurante Popular Dra. Zilda Arns Neumann em Joinville/SC, que estão em situação de insegurança alimentar, bem

como investigar o perfil socioeconômico, a fim de contribuir para o melhor delineamento das políticas públicas de SAN no Município.

A referida investigação realizada foi realizada em Agosto de 2016 pela acadêmica Ana Paula Ferreti de Oliveira da Associação Educacional Luterana Bom Jesus IELUSC.

Foram investigados 236 usuários/participantes, isto corresponde a aproximadamente 39% dos freqüentadores do RP. Houve prevalência de idosos com 63,14%, sexo masculino: 54,66%, casados: 45,34%, com ensino fundamental completo e incompleto: 63,98%. Sendo assim 66,52% dos usuários eram dos bairros mais próximos(Adhemar Garcia, Jarivatuba, Ulisses Guimarães, Fátima, Guanabara, João Costa).

As considerações deste estudo apontam que os freqüentadores do RP2 em Joinville são em sua maioria idosos, com ensino fundamental incompleto, estão inseridos segundo a ABEP entre as classes C1 e E e com renda entre 0,5 e 1 salários mínimos. Quanto ao estado nutricional, a prevalência de sobrepeso e obesidade foi elevada, tanto em adultos quanto em idosos, e destes aproximadamente um quinto está em IA. Diante das evidências deste estudo, verifica-se a necessidade de implementação tanto nas políticas públicas com relação a saúde, fomentando com ações na prevenção e na educação nutricional, bem como com relação a sanar a insegurança alimentar e auxiliar na busca do Direito Humano a alimentação Adequada, garantido pela Constituição Federal.

Saúde, Nutrição e acesso aos serviços de saúde

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. Com relação à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 60 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.009 crianças e taxa de mortalidade infantil foi de 11,58 crianças a cada mil nascimentos.

As consultas de pré-natal são importantes para a saúde da mãe e da criança. No município, 70,37% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, ocorreu uma diminuição na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. Em 2008, a cobertura era de 43,54% e diminuiu para 16,7% em 2012.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 142.029 indivíduos, sendo que 326 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Ao analisar essas informações, nota-se que as causas de morte variam no município, as três principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, tomando por base o ano de 2010: Acidente de transporte (37), Agressões (32), Outras causas externas de lesões (8).

Outros dados importantes que interferem nas condições de saúde da população são as condições de saneamento e serviços correlatos do município. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 99,4% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 78,0% dos domicílios particulares permanentes e 60,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Na área urbana, o percentual de distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes corresponde a: 97,3% tem acesso a abastecimento de água, 99,9% com acesso a coleta de lixo e 35,7% com escoamento do banheiro ou sanitário adequado.

De acordo com o Boletim de (Dados IBGE 2010) referente a situação de extrema pobreza no município, 60 pessoas extremamente pobres (1,6% do total) viviam sem luz, 114 (3,1%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 1.962 (53,8%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 30 (0,8%) não tinham o lixo coletado.

Segundo diagnóstico elaborado pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Saúde, a alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

A alimentação e nutrição estão presentes na legislação recente do Estado Brasileiro, com destaque para a Lei 8.080, de 19/09/1990 (BRASIL, 1990), que

entende a alimentação como um fator condicionante e determinante da saúde e que as ações de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, em caráter complementar e com formulação, execução e avaliação dentro das atividades e responsabilidades do sistema de saúde.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999 e revisada em 2010, integra os esforços do Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Apresenta-se com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira. Está organizada em diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades, essas, integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a Atenção Básica como ordenadora das ações.

Outras políticas da saúde somam-se aos princípios e diretrizes da PNAN no estabelecimento da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a Política Nacional de Promoção à Saúde são orientadas nesse sentido (BRASIL, 2013).

As diretrizes que integram a PNAN indicam as linhas de ações para o alcance do seu propósito, capazes de modificar os determinantes de saúde e promover a saúde da população. Sendo consolidadas em:

1. Organização da Atenção Nutricional;
2. Promoção da Alimentação Adequada e Saudável;
3. Vigilância Alimentar e Nutricional;
4. Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição;
5. Participação e Controle Social;
6. Qualificação da Força de Trabalho;
7. Controle e Regulação dos Alimentos;
8. Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição;
9. Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional

Na atenção básica o município está organizado em 3 Distritos com 55 Unidades Básicas de Saúde. Destas 38 são Unidades de Saúde da Família e

contam com 65 equipes. Atualmente o número de profissionais da atenção básica é de 1668.

Segundo, a PNAB destaca-se como algumas das atribuições de todos os profissionais das equipes de atenção básica:

Realizar o cuidado da saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e, quando necessário, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);

Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

Garantir a atenção à saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde.

Estas atribuições corroboram com a PNAN no âmbito da atenção básica, responsabilizando e envolvendo todos os profissionais de saúde para sua execução e efetivação, numa perspectiva multidisciplinar, intra e interdisciplinar e que considere a realidade local de cada comunidade.

Em função da maior abrangência de ações na atenção básica o município recebe incentivo financeiro de custeio para a estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, através do Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN). Assim, desde 2006, anualmente é publicada portaria de repasse de recursos financeiros para apoiar a implementação da PNAN e suas linhas de ação prioritárias (promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, prevenção de agravos, especialmente sobrepeso, obesidade, desnutrição e carências nutricionais e a qualificação da força de trabalho).

O recurso do FAN tem como propósito apoiar a efetivação da PNAN, considerando sua natureza transversal às demais políticas públicas. Caracteriza-se por recurso de custeio e destina-se, prioritariamente, à organização da atenção nutricional na Rede de Atenção à Saúde, em especial no âmbito da Atenção Básica.

O saldo atual acumulado do FAN (até 18/11/16) é de R\$ 222.161,63 e as ações são executadas de acordo com o Plano Anual de Alimentação e Nutrição (PAN) elaborado com base nas diretrizes da PNAN.

O saldo acumulado nos últimos anos demonstra a dificuldade de utilização deste recurso financeiro. Apesar das ações programadas anualmente, o processo de compras acaba não sendo autorizado ou executado, bem como o incentivo à participação em cursos e eventos acaba sendo limitado à liberação de diárias, sem custeio de passagens aéreas, o que inviabiliza e onera as despesas, em locais fora do Estado.

A vigilância em saúde tem como objetivo a análise permanente da situação de saúde da população para a organização e a execução de práticas mais adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes, devendo estar inserida no cotidiano das equipes de Atenção Básica (AB). A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é parte da vigilância em saúde e foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 6º (BRASIL, 2015).

Em Joinville, através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, as unidades de saúde coletam e registram os dados antropométricos (peso e altura) de crianças de 0 a 5 anos e de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Os relatórios do SISVAN apontam um diagnóstico importante do estado nutricional de uma parcela da população, demonstrando, assim como no cenário nacional, o aumento do excesso de peso em todas as faixas etárias. Esse aumento é ainda mais significativo nos indivíduos das famílias em risco social que estão cadastrados no PBF. Ainda, nestes indivíduos a prevalência de desnutrição é maior que na população em geral.

Diagnóstico na íntegra está no anexo da versão digital deste Plano.

Educação

Segundo Diagnóstico elaborado pela Área Técnica do Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar- SANE existem 147 Unidades de Ensino, sendo 64 Centros de Educação Infantil- CEIs e 83 Escolas Municipais. Conforme dados apresentados a seguir:

Figura 2. Matrícula Inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
JOINVILLE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	4.446	156	5.926	248	14.791	529	186	612
Estadual Rural	0	0	0	0	193	0	307	0	233	0	0	0
Municipal Urbana	1.442	4.102	5.724	945	23.891	2.184	17.154	1.289	0	0	1.684	0
Municipal Rural	0	0	272	10	847	435	60	37	0	0	17	0
Estadual e Municipal	1.442	4.102	5.996	955	29.377	2.775	23.447	1.574	15.024	529	1.887	612

Fonte: Censo escolar, 2015 (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>, visualizado em 9/08/16)

Figura 3. Matrícula Inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos, presencial Fundamental e Médio da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
JOINVILLE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	133	3	192	1	150	4	7	5
Estadual Rural	0	0	0	0	5	0	8	0	4	0	0	0
Municipal Urbana	22	44	90	12	383	15	310	7	0	0	12	0
Municipal Rural	0	0	3	0	6	5	1	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	22	44	93	12	527	23	511	8	154	4	19	5

Fonte: Censo escolar, 2015 (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>, visualizado em 9/08/16)

O Programa de Alimentação Escolar de Joinville começou a contar com o Profissional Nutricionista em 2000. Em 2005, apenas 18% dos municípios brasileiros possuíam nutricionista e Joinville já contava com 2 nutricionistas atuando no Programa de Alimentação escolar sendo que em 2006 houve a contratação da terceira nutricionista. Em 2014, haviam 7 nutricionistas no quadro e no final de 2015 o quadro reduziu para 6 nutricionistas.

Em 2006, Joinville ganhou o 3º Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar na Categoria regional - Região Sul. (VER documento no material de apoio), Promovido pela organização não-governamental Ação Fome Zero, o concurso objetiva selecionar as melhores práticas na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e disseminar essas ações para outras localidades. Em 2010, Joinville ganhou novamente o prêmio, mas agora na categoria Capitais e grandes cidades.

Em maio de 2014, Joinville recebeu uma comitiva de gestores de 15 países da América Latina e do Caribe (Costa Rica, Equador, El Salvador, Paraguai, Peru, Nicarágua, República Dominicana, Chile, México, Venezuela, Antígua e Barbuda, Barbados, Santa Lúcia, Jamaica e Guatemala).

A indicação de Joinville para a FAO foi do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A comitiva se encontrou com a Secretaria de Educação para conhecer o funcionamento do Programa de Alimentação Escolar em Joinville e também realizou visitas em escolas e propriedades da agricultura familiar.

As crianças de 1 a 6 anos em período integral recebem 4 refeições (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar). No café da manhã as refeições são compostas de bolos caseiros integrais, biscoitos integrais e pães caseiros e prontos integrais com recheios de queijo, requeijão, mel, melado, doce “musse” de banana e patê de sardinha e frango caseiro. Como bebida é servido: Leite com achocolatado, leite com café, iogurte, vitaminas de frutas (leite batido com frutas), sucos preparados diretamente das frutas e sucos de frutas naturais concentrados.



FOTO 5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Joinville

legumes e/ou verduras refogadas ou tubérculos (batata, batata doce, aipim, entre outros.) ou macarrão integral ou polenta ou farofa.

No lanche da tarde além das preparações ofertadas no café manhã é ofertado frutas, saladas de frutas, cereal de milho com leite, creme de aveia com chocolate, etc.

No jantar são ofertadas refeições únicas como risotos, carreteiro, polenta, sopas, tortas, etc. acompanhadas de saladas.

As crianças em período parcial de 1 a 3 anos recebem 2 refeições e a partir de 4 anos uma refeição.

Para as crianças menores de 6 meses é ofertado o Leite Materno ou Fórmula infantil de partida e a partir de 6 meses é iniciado a introdução da Alimentação Complementar.

O Cardápio do Berçário I destinados para as crianças de 6 meses a 12 meses: É Composto de 5 refeições (café da manhã, colação, almoço, lanche da tarde e jantar). Como fonte de leite é utilizada fórmula infantil de seguimento ou leite materno. No café da manhã e lanche da tarde são ofertadas frutas in natura. No almoço e jantar as preparações são a bases de cereais, tubérculos, leguminosas, verduras, legumes e carnes ou ovos (gema).

As educadoras e lactaristas são capacitadas para a oferta do leite e da alimentação complementar, assim como introduzir a alimentação complementar para as crianças que nunca receberam. Os pais e/ou responsáveis são orientados no ato da matrícula que não há necessidade de realizar o desmame e/ou a introdução da alimentação complementar antes da idade adequada e também são incentivados a Participar do Programa Mama Nenê (Programa de incentivo ao Aleitamento Materno).

Os alimentos são ofertados inicialmente amassados, passando a bem cortados e em pedaços com 12 meses de idade. Os alimentos não são ofertados em forma de papa única e sim separados para que as crianças sintam os sabores, texturas e odores dos diferentes alimentos. Sempre que possível, é deixado que a criança manipule o alimento e se alimente sozinha.

As crianças do ensino fundamental recebem 1 refeição sendo no máximo 2 preparações doces por semana como por exemplo: creme de aveia com chocolate e banana, biscoitos integrais, granola com frutas, salada de frutas, cereal de milho, etc. As refeições salgadas são compostas de refeições únicas

com saladas (risotos, carreteiro, polenta com aveia, entre outros) e refeição completas (proteína, arroz, feijão e saladas).

As escolas integrais recebem 3 refeições sendo um lanche da manhã, almoço e lanche da tarde semelhantes as preparações servidas no CEI integral.

O Programa Mais Educação acontece de 2 maneiras. Em algumas escolas as crianças permanecem continuamente na escola recebendo o lanche do turno regular, um almoço e um outro lanche diferenciado no contraturno. Nas demais escolas, a criança participa do turno regular, vai para casa na hora do almoço e vem no contraturno. Neste caso, eles recebem a refeição do turno regular e no contraturno mais dois lanches.

O Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar vem ao longo do tempo traçando metas para a melhoria do cardápio da Alimentação Escolar.

Diagnóstico na íntegra estará disponibilizado na versão digital deste Plano.

2 DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

DIRETRIZ 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável

DIRETRIZ 2 - Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias vulneráveis, por meio de refeições e alimentos em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades.

DIRETRIZ 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 4 - Fortalecimento das ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articuladas às demais ações de Segurança Alimentar

DIRETRIZ 5 - Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

DIRETRIZ 6 - Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada

DIRETRIZ 7- Promoção de acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.

Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 1 Promover acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação infantil, fundamental e ensino médio, de forma a contribuir com o crescimento biopsicosocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis.					
Ação 1 -Acompanhar a oferta de alimentação escolar nas escolas públicas e particulares, de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas, sociais e culturais.					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Ampliação e adequação do número de profissionais conforme RT ¹ e Resoluções CFN: Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE) Municipal; Rede Estadual de Ensino e Rede Particular de Educação, <i>A adequação do número de profissionais é condição sine qua non para a realização das ações desta Diretriz e de todo PLAM/SAN</i>	Priorizar adequação do número de Nutricionistas da Educação Básica do Município por meio de Contrato/Concurso/parcerias. Conforme preconizado por Resoluções do CFN.***	Número de Nutricionistas Estagiários, Técnicos e parcerias formalizadas	PMJ ADR	SED GERED Rede Privada	CECANE CAISAN CAE SAP IES VISA CFN CRN COMSEAN
	Contratar Estagiários de Nutrição/				
	Formalizar parcerias com acadêmicos				
	Contratar técnicos em Nutrição/				
	Formalizar parcerias com acadêmicos				
	Adequar o número de cozinheiras e Funcionários Administrativos nas Unidades Escolares nas unidades escolares				
Otimização dos processos da alimentação escolar	Adquirir e/ou desenvolver Programas/SOFTWAREs para planejamento de cardápio, controle de estoque, distribuição de alimentos, entre outras demandas	Número de Softwares/ Programas	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN SAP
	Constituir Equipe de estudo para reformulação e definição da logística de entrega dos alimentos nas Unidades Escolares	Equipe constituída	FNDE PMJ	SED SDR	IES CAISAN

	Padronizar processos da alimentação escolar, criando-se protocolos e fluxogramas para todas as atividades	Número de protocolos e Fluxogramas	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN CAISAN SAN-SAS
Otimização dos processos licitatórios e de chamada pública	Realizar maior diálogo entre SED e SAP para: promover maior celeridade na execução das licitações e chamada pública(lançar edital no final do ano); facilitar o cadastro de produtos e exigências dos processos de chamada pública tanto para aquisição de alimentos para alunos com necessidades alimentares específicas, como para todos os demais.	Número de Reuniões Número de produtos cadastrados	FNDE PMJ	SED SAP SDR CAISAN	COMSEAN CAISAN CAE CECANE
Realização de capacitações com todos os atores sociais do PNAE	Realizar capacitação permanente sobre: higiene e manipulação de alimentos, alimentação especial, cardápios, EAN/Educação Sanitária e outros temas: (hortas, datas comemorativas, rotulagem, aproveitamento integral dos alimentos, entre outros). Publico alvo: corpo docente e docente das unidades escolares, da Rede Municipal, Estadual e Privada- particular de Educação e CAE, bem como demais Conselhos.	Número de capacitações	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN CAISAN IES VISA
	Ampliar a periodicidade das visitas técnicas, realizando-as trimestralmente em todas as unidades escolares	Número de visitas	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN CAISAN

Realização de melhorias permanentes no processo de produção da alimentação escolar	Elaborar/Revisar Manuais: de Boas Práticas nas unidades escolares; de orientação quanto à estrutura, aspectos de construção e layout das cozinhas, áreas de armazenamento de alimentos e refeitórios; de Manipulação e Higiene de Alimentos conforme necessidade	Número de manuais	FNDE PMJ	SED CAISAN	CAE COMSEAN IES
	Realizar Reunião no setor de Engenharia da SED e com o CREA para elaboração do manual para adequação das UANs	Número de reuniões	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN CAISAN
Otimização da oferta da alimentação escolar para alunos com necessidades alimentares específicas	Elaborar Manual da Alimentação Especial	Manual elaborado	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN
	Revisar protocolo de atendimento de alunos com necessidades alimentares específicas	Número de protocolos	PMJ	SED	Cons. Saúde CAISAN
	Realizar capacitações periódicas, com todos os atores envolvidos na oferta da alimentação especial (Alunos, Pais, Professores, Cozinheiros etc)	Número de capacitações	PMJ FNDE	SED SES	IES ACELBRA CAE
	Facilitar o processo de aquisição de alimentos especiais, desde o cadastro de produtos até a realização do pregão	Número de ações	PMJ FNDE	SED SES SAP	COMSEAN Cons. Saúde

Diretriz 1- Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.

Objetivo 1- Promover acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação infantil, fundamental e ensino médio, de forma a contribuir com o crescimento biopsicosocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis.

Ação 2- Fortalecer componentes Municipais do SISAN para o acompanhamento da execução do PNAE, PAA CDS, PAA-CI, entre outros.

Instrumentalizando-os na efetivação da garantia do DHAA					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Fortalecimento do Conselho de Alimentação Escolar	Realizar capacitações permanentes com os conselheiros da alimentação escolar	Número de capacitações	FNDE FUMSEAN PMJ	CAE SED	CAISAN IES
Fortalecimento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	Realizar capacitações permanentes com os conselheiros do COMSEAN	Número de capacitações	FUMSEAN PMJ	COMSEAN	CAISAN IES CONSEA SC AMUNESC
Fortalecimento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional	Realizar ações relacionadas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional e ao papel do membro da CAISAN e demais componentes do SISAN	Número de Seminários/ eventos/ capacitações	PMJ	CAISAN-SAS SAN-SAS	COMSEAN IES

Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 1 Promover acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação infantil, fundamental e ensino médio, de forma a contribuir com o crescimento biopsicosocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis.					
Ação 3- Fomentar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, indígenas, remanescentes de quilombos e assentados					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Fomento a participação dos agricultores da região de	Realizar maior diálogo entre a Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Rural para levantamento dos agricultores do município, produção e sazonalidade dos produtos	Número de reuniões	PMJ FNDE	SED SDR CAISAN	COMSEAN CAE Conselho Agricultura EPAGRI
		Número de AF			

Joinville no processo de chamada pública	Prestar auxílio aos agricultores e cooperativas quanto às etapas do processo, documentação necessária e demais demandas burocráticas do processo de chamada pública	Número de Reuniões e Assessorias prestadas pela SDR-SANe SAP	PMJ FNDE	SDR SED SAP	COMSEAN CAE IES (Cursos Direito ADM)
Fomento a produção de novos produtos regionais pelos agricultores familiares para a aquisição por meio de chamada pública	Realizar maior diálogo entre a Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Rural para levantamento dos agricultores do município, produção e sazonalidade dos produtos Realizar levantamento da produção de alimentos orgânicos na região de Joinville para o aumento da aquisição para a alimentação escolar	Número de reuniões	PMJ	SDR SED SAP	COMSEAN CAE
Aumento da compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando os agricultores de Joinville e região e a Agricultura Familiar Agroecológica	Atingir entre 30% e 60% de compra da Agricultura Familiar ou Agroecológica de Joinville. Atualizar Legislação Municipal vigente com inclusão de percentual referente a alimentos orgânicos e agroecológicos e da Sociobiodiversidade.	Número de levantamentos Percentual de compra da AFA	PMJ FNDE PMJ	SDR SED SAP	COMSEAN CAE CAISAN
		Legislação Municipal atualizada	PMJ	SDR SED SAP CAISAN/SAS	COMSEAN CAE CVJ

Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.

Objetivo 2 Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e de

insegurança alimentar e Nutricional e insegurança Hídrica, por meio de refeições e alimentos em Equipamentos Públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades.					
Ação 1- Apoiar a instalação, implementação, manutenção e continuidade de equipamentos públicos de alimentação e nutrição para atendimento prioritário a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e Nutricional e insegurança Hídrica					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Implementação e ampliação dos atendimentos dos EPSANs, considerando infraestrutura física, Recursos humanos e financeiros. (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos.	Ampliar o Atendimento no RP I e II: número de refeições, oferta de desjejum (café da manhã) e jantar	Oferta de desjejum/ jantar	PMJ	SAN-SAS CAISAN-SAS	ASANJ
	Abertura e Operacionalização do Banco de Alimentos em Maio de 2018	Banco de Alimentos	PMJ	SDR CAISAN-SAS	MB- SESC
	Realizar visitas Técnicas nos EPSANs e Rede Socioassistencial Conveniada)	Número de visitas	PMJ	SAN-SAS	IES
	Ampliar a Equipe de SAN (Profissionais Nutricionistas e de outras áreas)	Número de Profissionais	FUMSEAN	CAISAN-SAS	COMSEAN
	concurso/contrato/estagiários/ parcerias		PMJ	SAN-SAS	CAISAN

Diretriz 1- Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 2 Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e Nutricional e insegurança Hídrica, por meio de refeições e alimentos em Equipamentos Públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades.					
Ação 2- Atender de forma regular famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e Nutricional e insegurança Hídrica- inclusive povos indígenas, quilombolas e que estejam em situação de emergência/migração ou calamidade pública reconhecidas pela Defesa Civil.					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CAISAN

Substituição da cesta básica por cartão alimentação	Implantar Cartão Alimentação em 2018	Cartão implantado	PMJ	SAN-SAS CAISAN	IES CMAS
	Realizar ações de EAN/Educação Sanitária com as famílias beneficiárias do SUAS	Número de ações	PMJ	SDR SAN-SAS CAISAN	COMSEAN SESORTES VISA
	Realizar Feiras da AFA na Rua do lazer, encontros do PID e demais eventos e ações da cidade	Número de Feiras/ações	PMJ	SDR SAN-SAS CAISAN	SES SECOM
	Implementar/ REGULAMENTAR Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e Emergências com ação de SAN-	Número de ações de SAN	PMJ	SDR SAN-SAS GUPSE-SAS CAISAN	SDR MB-SESC ASANJ ECOVIDA COPAVILLE
	Implementar Projeto Revolução dos Baldinhos (troca de resíduo orgânico por hortifrut)	Projeto instituído	PMJ	SAN-SAS SDR	CVJ
	Instituir Projeto Câmbio Verde (troca do resíduo reciclado por hortifrut)	Projeto instituído	PMJ	SAN-SAS SDR	
	Criar o armazém da família fixo SubPrefeituras, Terminais de Ônibus....	Armazéns criados	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN SDR VISA	
	Criar Armazém da Família Itinerante** **Armazéns da Família Itinerante: -“ASSIM”	Armazém criado Ações realizadas	PMJ	SAN-SAS CAISAN SDR VISA	
	Participar nas ações mensais				
	Elaborar um Plano de EAN/Educação	Plano de	PMJ	SAN-SAS	
Criação e implementação					

gradativa do Plano de EAN para SAN- SAS –SDR e SESPORTES e demais Secretarias especialmente em parceria com Saúde e Educação	Sanitária nos Equipamentos da SAS(CRAS- CREAS- ABRIGOS- CENTRO POP- RPs- CCI- PEC ECO- SRPB) <u>SDR</u> - Banco de Alimentos e demais Projetos <u>SESPORTES</u> - PID e demais Projetos	EAN/ES elaborado e instituído		SDR SES SED	IES CAISAN VISA COMSEAN
Execução permanente do PAA- CDS (Compra com Doação Simultânea)	Realizar Medidas de gestão para operacionalização contínua. (Ofícios, articulação para alteração da Resolução GGPA para que os Planos Operacionais e SISPA sejam prorrogados para mais de um ano)	Número de Ofícios e Resoluções Resolução GGPA	MDSA SAS-PMJ	SAN-SAS CAISAN COMSEAN	IES MB-SESC ASANJ <u>ERUs</u> EPAGRI Sindicato Rural Cooperativas
Fomento a execução do PAA CI- Compra Institucional	Executar e operacionalizar o PAA CI com a compra de 30% (percentual) da AFA- local e regional	Percentual de compra da AFA	MDSA SAS-PMJ	SAN-SAS- PMJ COMSEAN	IES MB-SESC ASANJ <u>ERUs</u> EPAGRI Sindicato Rural Cooperativas
Divulgação da Agricultura Familiar Agroecológica	Realizar campanhas publicitárias, criar slogans para incentivar a compra da Agricultura Familiar Agroecológica- AFA.	Número de campanhas, slogans criados e publicizados	PMJ FUMSEAN	SDR SAN-SAS- SECOM	IES COMSEAN CAISAN ERUs EPAGRI Sindicato Rural

					Cooperativas
Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 3 Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável aos trabalhadores					
Ação 1 Acompanhar empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Levantamento e identificação das empresas com PAT	Realizar Diagnóstico e verificar Legislação.	Diagnóstico	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN	IES ACIJ Sindicato MTE
Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 4 Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável a toda população em todas as fases do ciclo da vida gestante, crianças, adolescentes, adultos e idosos.					
Ação 1 - Apoiar a instalação, implementação, manutenção e continuidade de equipamentos públicos de alimentação e nutrição					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Identificação das famílias em INSAN e divulgação dos EPSANS	Realizar Diagnóstico Municipal de SAN	Diagnóstico realizado	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS EPSANS SES SED SAP SDR	IES CAISAN COMDI CMAS CMDCA CMDM

	Encaminhar as famílias aos Equipamentos Públicos de SAN- EPSANs	Número de famílias encaminhadas	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS EPSANs SES SED	COMDE RedeSUAS ERUs *Todos os Conselhos do Município
--	---	---------------------------------	----------------	---------------------------------	---

Diretriz 1 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.					
Objetivo 4 Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável a toda população em todas as fases do ciclo da vida gestante, crianças, adolescentes, adultos e idosos.					
Ação 2 Fomentar as políticas públicas em SAN.					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Fomento as políticas públicas de Agricultura urbana e periurbana (hortas comunitárias, Feiras).	Realizar Diagnóstico	Diagnóstico realizado	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN SDR	IES COMSEAN CAISAN
	Instituir Política Pública de Agricultura Urbana e Periurbana Agroecológica	Legislação instituída	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN SDR	COMSEAN CAISAN CVJ

Diretriz 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.	
Objetivo 1 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo para a garantia do acesso regular e permanente da população Joinvilense a alimentos, em quantidade suficiente e diversidade, observada as práticas alimentares promotoras da saúde respeitados os aspectos culturais e ambientais.	

Ação 1- Elaborar estratégias que busquem promover o abastecimento e consumo a partir da integração de equipamentos e serviços públicos de produção (Banco de Alimentos, RP, Cozinha Comunitária, Feiras, Hortas Comunitárias e PAA);					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Divulgação efetiva e permanente dos EPSANs e DHAA	Divulgar Mensalmente nos meios disponíveis pela Prefeitura e outros parceiros	Número de divulgações/campanhas	PMJ	SAN-SAS CAISAN-SAS SDR COMSEAN	SECOM IES
Divulgação do Guia Alimentar para a população brasileira 2014	Reproduzir 500 exemplares	Número de exemplares reproduzidos	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN CAISAN	SECOM IES
Divulgação dos 10 passos da Alimentação Adequada e saudável baseado no Guia Alimentar 2014	Reproduzir 300 mil exemplares	Número de exemplares reproduzidos	PMJ FUMSEAN	SAN-SAS COMSEAN	SECOM IES
Regulamentação e efetivação das hortas comunitárias e feiras agroecológicas como EPSANs	Realizar diagnóstico e providenciar ações necessárias referente as hortas comunitárias, feiras e demais EPSANs.	Diagnóstico realizado	PMJ FUMSEAN	SRD SECOM IES	SECOM IES CAISAN COMSEAN

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.					
Objetivo 1- Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo para a garantia do acesso regular e permanente da população Joinvilense a alimentos, em quantidade suficiente e diversidade, observada as práticas alimentares promotoras da saúde respeitados os aspectos culturais e ambientais.					
Ação 2- Modernizar o espaço na Central de Abastecimento CEASA					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

Criação de um plano de revitalização e gerenciamento de resíduos com parcerias	Reestruturar o Armazém da Agricultura Familiar na CEASA, bem como toda a CEASA	Plano criado e instituído	PMJ	SDR CAISAN	COMSEAN EPAGRI IES
--	--	---------------------------	-----	---------------	--------------------------

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Objetivo 1- Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo para a garantia do acesso regular e permanente da população Joinvilense a alimentos, em quantidade suficiente e diversidade, observada as práticas alimentares promotoras da saúde respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Ação 3- Contribuir para melhoria da comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Cadastramento das famílias	100 % das famílias cadastradas	Percentual de famílias cadastradas	PMJ	CAISAN SDR	COMSEAN CAISAN EPAGRI IES
Fomento e facilitação a participação em feiras agro ecológicas	Realizar diagnóstico e assessorar as famílias de Agricultores Agroecológicos.	Número de famílias participantes	PMJ	CAISAN SDR VISA SEMA	COMSEAN CAISAN EPAGRI ECOVIDA IES
Instrumentalização da VISA quanto a SAN e a Educação Sanitária e Legislações	Elaborar/criar documento (Protocolo) conjunto entre VISA e COMSEAN para fiscalização de cantinas e demais EPSANs e espaços que forneçam/ofereçam alimentação.	Protocolo criado e instituído	PMJ FUMSEAN	CAISAN COMSEAN VISA -SES	

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Objetivo 2- Aperfeiçoar o acompanhamento e avaliação de safras, bem como a geração e disseminação de informações agrícolas e de

abastecimento, incluindo as da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais/imigrantes e os produtos da sociobiodiversidade, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização, a tomada de decisão pelos agentes da cadeia produtiva e assegurar a soberania alimentar.					
Ação 1- Elaborar metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Criação e alimentação de banco de dados da agricultura familiar e divulgar informações.	Realizar ações mensalmente e divulgá-las.	Banco de dados criado-alimentado e divulgado	PMJ	CAISAN SDR SECOM	COMSEAN EPAGRI IES

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.					
Objetivo 2- Aperfeiçoar o acompanhamento e avaliação de safras, bem como a geração e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento, incluindo as da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e os produtos da sociobiodiversidade, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização, a tomada de decisão pelos agentes da cadeia produtiva e assegurar a soberania alimentar.					
Ação 2- Implementar informações agrícolas referentes a preços da agricultura familiar de forma específica, e estabelecer um quadro de disponibilidade dos alimentos de maior importância na cesta de alimentos.					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Desenvolvimento de ações de valorização da AFA	Realizar ações mensalmente e divulgá-las	Número de ações	PMJ	SDR SECOM	IES EPAGRI

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.					
Objetivo 3- Ampliar a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais/ migrantes no abastecimento dos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à sua promoção da alimentação adequada e saudável.					

Ação 1- Ampliar o número de agricultores familiares participantes no PAA e demais ações de SAN

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Estímulo e divulgação do PRONAF e outros programas e Projetos de incentivo	Identificar AF com DAP e Aprimorar a divulgação do Programa	Número de AF com DAP	PMJ	SDR CAISAN	EPAGRI COMSEAN IES

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Objetivo 3- Ampliar a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à sua promoção da alimentação adequada e saudável.

Ação 2 Ampliar e qualificar o atendimento do PAA à redesocioassistencial e à rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Instituição e manutenção de cronograma de informações (reuniões)	Realizar reuniões com AF e Instituições Sociais fomentando a SAN e o DHHA, bem como EAN e Educação Sanitária.	Número de Reuniões	PMJ	SAN-SAS SDR COMSEAN	SAN-SAS/ CAISAN CMAS EPAGRI

Diretriz 2- Promoção do abastecimento e estruturação de Sistemas descentralizados, de base agro ecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Objetivo 3- Ampliar a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais, psicultores, no abastecimento dos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à sua promoção da alimentação adequada e saudável.

Ação 3- Ampliar a inserção de pescado nas redes socioassistencial e rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

Fomento e apoio técnico para produção e comercialização de pescado e aumento do número de Piscicultores e Pescadores participantes nas compras Institucionais.	Estimular a adesão ao PRONAF Realizar o apoio técnico mensalmente	Número de AF com DAP Número de apoio técnico realizado	MDSA PMJ	SAN-SAS SDR	COMSEAN CAISAN EPAGRI Sindicato Rural Conselhos afins
--	--	---	-------------	----------------	---

Diretriz 3- Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional/ Educação Sanitária					
Objetivo 1- Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e Educação Sanitária e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN) e da garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA).					
Ação 1- Elaborar estratégias para sensibilização e orientação da população para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Criação de Projeto de EAN integrado e permanente	Realizar EAN em todas as Secretarias (REDE EAN)	Projeto criado e instituído	MDSA PMJ	SAN-SAS CAISAN	IES PMJ- Secretarias COMSEAN

Diretriz 3 Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e Educação Sanitária					
Objetivo 2 Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional e Educação Sanitária das redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e prática alimentares adequadas e saudáveis.					
Ação 1- Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas em todas as secretarias do município					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

Reprodução de materiais e divulgação DHAA	Reproduzir 500 exemplares do Guia Alimentar 2014	Número de Guias	PMJ	SAN-SAS COMSEAN SECOM	IES
Realização de ações mensais /oficinas de maneira intersetorial	Utilizar o RP- Cozinha Experimental e Criar e organizar agenda de formação	Número de ações	FUMSEAN	RP ASANJ CAISAN SAN	IES INST. SOCIAIS COMSEAN
Criação de Guia para elaboração de refeições Saudáveis em eventos	Fomentar a alimentação saudável e adequada em todos os órgãos da Prefeitura em qualquer momento que seja ofertado alimento (serviços, eventos, programas etc), regulamentando esta ação enquanto política municipal de SAN.	Guia criado e instituído	PMJ FUMSEAN	SAN/CAISA N SECOM VISA	IES COMSEAN
Modelo do Espírito Santo					

Diretriz 3- Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional/ Educação Sanitária					
Objetivo 2- Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional das redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e prática alimentares adequadas e saudáveis					
Ação 2 - Fortalecer as ações promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
	Formar tutores da SED na Rede Amamenta e Alimenta Joinville para execução das oficinas de trabalho nos CEIs, integrando às ações ao programa Mama Nenê	Número de tutores formados	SED SES	SED SES	IES CAISAN COMSEAN SAN-SAS

Diretriz 3- Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional/ Educação Sanitária	
Objetivo 3- Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional e Educação Sanitária e a cultura e educação em direitos humanos, em especial o Direito Humano à Alimentação Adequada no ambiente escolar e fortalecer a gestão execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da	

Segurança Alimentar e Nutricional.					
Ação 1- Definir estratégias de EAN/ Educação Sanitária nas escolas de educação básica, utilizando a alimentação escolar e hortas escolares como ferramentas pedagógicas					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Fechamento*/ Regularização das cantinas da Rede Municipal. (De acordo com legislação estadual vigente (Lei nº 12.061/2001) <i>* Conferência 2015</i>	Fechar/ Regularizar em 2018 Divulgar material, e criar protocolo VISA	Número de cantinas	PMJ	SED COMSEAN VISA CAE	ANVISA CONSEA SC CECANE
Fechamento/ Regularização das cantinas da Rede Estadual (De acordo com legislação estadual vigente (Lei nº 12.061/2001)	Fechar/ Regularizar em 2018	Número de cantinas	ADR	ADR-GERED VISA COMSEAN	ANVISA CONSEA SC CAE CECANE
Fechamento/ Regularização das cantinas da Rede Particular. (De acordo com legislação estadual vigente (Lei nº 12.061/2001)	Regularizar em 2018 <i>Fomentar e divulgar Projeto Cantinas Saudáveis</i>	Número de cantinas	PMJ	VISA COMSEAN	ANVISA CONSEA SC CAE CECANE
Inserção da EAN no PPP* <i>*Conferência 2015</i>	Instituir EAN em 100% dos PPPs das Escolas das Redes Municipais- Estaduais e Particulares	Percentual de PPPs com EAN	PMJ ADR GERED	SED CAE COMSEAN CONSEA SC GERED	CECANE ALESC CVJ IES
Formação e capacitação de atores que utilizem EAN como	Realizar Seminários/oficinas com diversos profissionais especialmente aqueles inseridos	Número de ações	PMJ FUMSEAN	CAE COMSEAN	CECANE CONSEA SC

ferramenta pedagógica	no âmbito escolar		FNDE	SAN SANE	CAISAN SC IES
	Inserir o tema SAN e DHAA na grade curricular do Programa Mais Educação da Rede Pública de Ensino	Instituição do tema	FNDE PMJ	SED SAN-SAS CAISAN	IES CAE COMSEAN
	Criar um Guia para elaboração de Refeições Saudáveis nas Escolas	Guia	FNDE-SED	SED SAN-SAS CAISAN	IES CAE COMSEAN
	Ampliar para 100% o percentual de unidades escolares municipais com hortas e fomentar inscrição de projetos e participação das APPs no CMDCA- FIA	Percentual de Unidades Escolares	PMJ FIA-CMDCA	SED SDR SAN-SAS CAISAN	IES CAE COMSEAN EPAGRI
	Manter a compra e distribuição de insumos para as hortas escolares da Rede Municipal	Número de insumos	PMJ	SED SDR	CMDCA CAISAN
	Fomentar a Implantação de Projeto de Hortas Escolares na Rede Estadual e Particular	Percentual de Unidades Escolares	PMJ FIA-CMDCA ADR-GERED	ADR GERED	CVJ ALESC

Diretriz 3- Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional/ Educação Sanitária					
Objetivo 3- Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional /Educação Sanitária no processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar e utilizando a alimentação escolar como ferramenta pedagógica para a formação de hábitos saudáveis de vida na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.					
Ação 2- Garantir que as escolas e Centros de Educação Infantil sejam espaços promotores de saúde, onde todos os profissionais trabalhem em prol da SAN e do DHAA, por meio da oferta de alimentos saudáveis em todas as ações no espaço escolar					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
	Realizar visitas Mensais de monitoramento	Número de visitas	FNDE PMJ	SED	CAE COMSEAN

Criação de espaços, ações, Programas e Projetos promotores de saúde	Divulgar o Programa Mama Nenê com o intuito de aumentar a adesão das mães ao Programa, incentivando assim o Aleitamento Materno	Número de divulgação	PMJ	SED SES SAN CAISAN	VISA IES SECOM SES
	Estimular a autonomia no momento da alimentação por meio do sistema <i>self service</i>	Sistema <i>Self service</i>	PMJ	SED CAE	
	Tornar os refeitórios espaços adequados para alimentação, com o número de mesas e cadeiras proporcional ao número de alunos	Número de adequações	PMJ	SED CAE	

Diretriz 4-Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.					
Objetivo 1- Controlar e prevenir os agravos e doenças conseqüentes da insegurança alimentar e nutricional.					
Ação 1- Realizar diagnóstico da prevalência de agravos e doenças por carências nutricionais para identificar as necessidades de intervenção					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador-	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Conhecer a prevalência de agravos causados pela INSAN no Município	Realizar pesquisas para verificar as carências nutricionais mais prevalentes	Número de pesquisas realizadas	PMJ	SES SED SAS	IES

Diretriz 4-Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.					
Objetivo 1- Controlar e prevenir os agravos e doenças conseqüentes da insegurança alimentar e nutricional.					
Ação 2 - Efetivar a implantação de Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, priorizando as linhas de cuidado aos pacientes portadores de diabetes, hipertensão e obesidade e pessoas em risco e vulnerabilidade					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

Organização da atenção à saúde às pessoas com doenças crônicas e enfrentamento do excesso de peso em todas as faixas etárias	Implantar o Programa Mais Saúde nos Territórios de NASFs	Número de UBS com programa implantado	FAN	SES	SESPORTE IES Conselhos Locais
	Fortalecer a parceria com a SESPORTE por meio de estagiários de educação física atuando nos programas de promoção da saúde nas UBS, escolas, academias da melhor idade e outros espaços comunitários	Número de atividades realizadas	PMJ	SESPORTE	SES SED SAS Conselhos locais
	Fortalecer as ações de segurança alimentar e nutricional no Programa Saúde na Escola	Relatório de indicadores do SISVAN web e ações de SAN	PSE	GTI Municipal	IES Conselhos
	Revisar e atualizar a Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade	Linha de Cuidado implantada	FAN	SES	Conselho de Saúde
	Divulgar e reproduzir o <i>Guia Alimentar e o Instrutivo Metodologia de Trabalho em Grupos para Alimentação e Nutrição</i> como instrumentos institucionais da promoção da alimentação saudável e do direito humano à alimentação em toda Rede de Atenção à Saúde	Número de Guias e ações de divulgação	FAN	SES SECOM	Conselho Saúde COMSEAN CAISAN
	Capacitar os profissionais de saúde para implementação da Linha de Cuidado	Número de profissionais capacitados	FAN	SES	Conselho Saúde
	Monitorar os indicadores de estado nutricional e consumo alimentar em todas as faixas etárias	Relatório de indicadores do SISVAN web	FAN	SES	IES CAISAN COMSEAN SAN-SAS

Diretriz 4- Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.			
Objetivo 2- Promover o controle e a regulamentação de alimentos.			
Ação 1- Fiscalização de acompanhamento da qualidade da produção de refeições, coleta de água e controle do uso de agrotóxicos			
Oportunidades /	Meta	Indicador	Fonte de Resp. Parceiros

Possibilidades		Recurso	
Levantamento de diagnóstico da situação no município	Acompanhamento da qualidade dos serviços públicos e privados que servem refeições;	PMJ	VISA COMSEAN SAN-SAS CAISAN
	Acompanhamento da qualidade da água	PMJ	VISA Águas de Jlle COMSEAN SAN-SAS CAISAN
	Acompanhamento do uso de agrotóxicos na produção de alimentos, criando Grupo intersetorial	PMJ	SAN-SAS SDR VISA COMSEAN SAN-SAS CAISAN
Fiscalização dos processos que envolvem controle e regulação de alimentos	Realizar visitas técnicas de monitoramento permanente conforme instrumentais Legais		VISA SAN-SAS COMSEAN CAE Cons.Saúde PROCON COMSEAN CAISAN
	Número de visitas		

Diretriz 4 Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.					
Objetivo 3 Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.					
Ação 1 - Implantação de protocolo de organização da atenção nutricional com adequação do número de profissionais nutricionistas em acordo com a resolução CFN nº380/2005					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Melhoria da atenção nutricional e dos cuidados aos agravos e doenças por INSAN	Estabelecer e organizar fluxos de atendimento e encaminhamento ao profissional nutricionista	Implantação do protocolo	PMJ	SES	IES COMSEAN
Diretriz 4 Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.					
Objetivo 3 Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.					

Ação 2- Expansão das equipes de Estratégia Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, priorizando a composição das equipes de modo a atender ao aumento do sobrepeso e obesidade na população

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Aumento da cobertura de ESF e equipes NASF priorizando o Distrito Sul e Prevenção aos agravos e doenças por INSAN	100% cobertura ESF E NASF	Número de coberturas de ESF e NASF	Piso da Atenção Básica	SES	Ministério da Saúde Conselho Saúde

Diretriz 4- Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo 4- Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional.

Ação 1 - Aumentar a cobertura de acompanhamento pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) em todas as faixas do ciclo de vida, integrando o sistema de coleta dados na rede pública municipal e Implantando o módulo de consumo alimentar do SISVAN em todas as UBS

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Realizar avaliação antropométrica em todas as faixas do ciclo da vida,	Instituir o registro dos dados antropométricos e marcadores de consumo alimentar no Sauditach para geração de relatório de indicadores no SISVAN web	Relatório de indicadores do SISVAN WEB	FAN	SES	NGI NARAS DAPS

Diretriz 4- Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo 5- Implementar integralmente o PBF

Ação 1- Integrar as ações de SAN entre as Secretarias:SAS, SED e Saúde com participação da Área de SAN e COMSEAN no grupo intergestor

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CAISAN

Ampliação da atuação do Grupo Intergestor para enfrentar os desafios do PBF e o aumento da INSAN nestas famílias	Incluir a participação da SAN e COMSEAN nas reuniões do grupo intergestor- GI	Inclusão e participação GI	IGD-PBF	SAS-SAN SED SES	COMSEAM CAISAN EPSANs
	Ampliar as ações de promoção da SAN nestas famílias desenvolvendo ações articuladas entre as Secretarias	Número de ações	IGD-PBF	SAS-SAN SED SES	COMSEAM CAISAN EPSANs
	Estabelecer Cronograma anual de reuniões do grupo intergestor Ampliado(3 reuniões/ano	Número de reuniões	IGD-PBF	SAS-SAN SED SES	COMSEAM CAISAN EPSANs
Melhorar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades na Saúde Educação e Assistência Social	Acompanhar 100% das famílias com perfil de acompanhamento obrigatório em Saúde, Educação e Assistência Social, semestralmente .	Percentual de famílias acompanhadas	IGD-PBF	SES	Grupo Intergestor
Conhecer a situação de INSAN das famílias do PBF	Implantar a escala EBIA no cadastro e;ou acompanhamento dos beneficiários do PBF como condicionante para participação no Programa	Aplicação da escala EBIA em 100% das famílias	Escala EBIA implantada	IGD	SAS-SAN SED SES

Diretriz 5- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito humano à Alimentação Adequada					
Objetivo 1- Ampliar e integrar as boas práticas (BP) em segurança alimentar e Nutricional.					
Ação 1- Ampliar, qualificar e fortalecer as iniciativas de BP, referentes aos programas voltados para Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura, Programa Bolsa Família, Programa de Alimentação Escolar, as cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos, Movimentos culturais, comunidades tradicionais, grupos culturais, dentre outros, buscando incorporar a perspectiva da educação em direitos humanos.					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Divulgação de iniciativas de BP e Fomento a intersectorialidade para articulação das BP	Elaborar material de SAN com informação e capacitação aos profissionais envolvidos na SAN e à comunidade em geral encaminhamentos em busca da soberania	Número de materiais elaborados	PMJ IGD-PBF	SAN-SAS SDR SED	CAISAN COMSEAN

	alimentar, da SAN e do DHAA			
--	-----------------------------	--	--	--

Diretriz 5- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito humano à Alimentação Adequada

Objetivo 2- Promover Reunião de organização com diversos setores como Agricultura Familiar, PAA, PNAE, etc., incentivando a criação de Redes de Cooperação a partir das Associações e Cooperativas.

Ação 1- Promover a integração de organizações econômicas de diversos grupos bem como divulgar as políticas para os mesmos.

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Organização e fortalecimento da AFA com a Criação de cronograma de reuniões	Realizar encontros <u>semestrais</u> , reuniões de orientações e visitas de monitoramento na criação de Redes de cooperação e fortalecer ou criar Redes de Cooperação para AFA	Número de reuniões/encontros/visitas	PMJ	SAN-SAS SDR	EPSANS ASANJ COMSEAN IES Cooperativas Associações EPAGRI
	Apoiar a criação de Grupos de Jovens Agricultores e promover capacitação em Educação Cooperativista	Número de grupos e capacitações	PMJ	SAN-SAS SDR	
Ampliação e divulgação de grupos de mulheres rurais e agricultores urbanos e periurbanos e jovens	Estabelecer calendário anual e agenda de trabalho em grupos comunitários, priorizando grupos de mulheres rurais, agricultores urbanos e periurbanos e jovens	Número de Divulgações e grupos	PMJ	SAN-SAS SDR SECOM	SAN-SAS SDR

Diretriz 5- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito humano à Alimentação Adequada

Objetivo 2- Promover Reunião Especializada de SAN com diversos setores como Agricultura Familiar, PAA, PNAE, etc.

Ação 2- Fortalecer o Debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional- SAN

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Construção de Agendas e calendário oficial do Município	Promover Seminários de SAN e DHAA, divulgando relatório anual das atividades de SAN das diferentes Secretarias do Município.	Numero de ações	SAS-SAN SECOM	SAN CAISAN	EPSANS ASANJ COMSEAN

com ações de SAN em todas as Secretarias e instituição de datas no Calendário de eventos oficiais do Município.	Instituir a data alusiva ao dia Mundial da Alimentação -16 de Outubro e a data alusiva ao dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos- 10 Dezembro	Datas instituídas	PMJ	SAN-SAS CAISAN	REDE SAN/EAN SECULT CVJ
---	---	-------------------	-----	-------------------	----------------------------------

Diretriz 5- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito humano à Alimentação Adequada

Objetivo 3- Garantir a aplicação do princípio da participação social, contido na LOSAN em processos de discussão e de tomada de decisão nos foros de negociação. Segurança Alimentar e Nutricional.

Ação 1- Ampliar a divulgação e discussão da participação social na comunidade.

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Ampliação do número de participantes da sociedade civil nas conferências, Seminários e demais eventos relacionados à SAN e DHAA	Ampliar para 250 participantes na Conferencia de 2019 (172 na última Conferência Municipal)	Número de participantes Número de participantes da sociedade civil	PMJ	SAN-SAN/ SECOM/ COMSEAN	IES Inst.Sociais

Diretriz 5- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito humano à Alimentação Adequada

Objetivo 3- Garantir a aplicação do princípio da participação social, contido na LOSAN em processos de discussão e de tomada de decisão nos foros de negociação. Segurança Alimentar e Nutricional.

Ação 2- Revisar a Lei Orgânica Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN (Lei 7.306)

Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Revisão e complementação da LOSAN	Revisar a LOSAN Com Aplicação do princípio da participação social	LOSAN revisada e atualizada	FUMSEAN PMJ	FUMSEAN SAN-SAS	IES CVJ Secretaria de Governo

Diretriz 6 Monitoramento e avaliação da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.					
Objetivo 1 Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA					
Ação 1 Criar e Fortalecer mecanismos de recebimento de denúncias de violações ao DHAA					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Criação de comitê técnico de Estudo para estabelecer mecanismos Municipais de recebimento de denúncias, violação e exigibilidade do DHAA	Desenvolver estudo e integração de banco de dados e dos sistemas já existentes referentes a inSAN, a fim de monitorar e avaliar com instrumentos, metodologias e recursos com aferições contínuas	Comitê criado Parecer elaborado	PMJ	SAN-SAS COMSEAN	CAISAN MP

Diretriz 7 Promoção de acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.					
Objetivo 1 Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de alimentos com qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.					
Ação 1. Promover a agricultura familiar agroecológica e fortalecer os programas e ações de acesso a água					
Oportunidades / Possibilidades	Meta	Indicador	Fonte de Recurso	Resp.	Parceiros
Conhecer a situação de Insegurança Hídrica	Realização de Diagnóstico e identificação de Planos Municipais relacionados como: Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos, entre outros	Diagnóstico realizado	PMJ	SAN-SAS	IES COMSEAN

3 DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

A elaboração do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi por si só, um processo desafiador.

Joinville teve a Adesão ao SISAN formalizada em Outubro de 2016 e já estava em processo de construção do Plano de SAN. O Comitê Técnico foi constituído no âmbito da CAISAN e de maneira diferenciada, com a participação efetiva da sociedade civil, além dos membros da CAISAN, contamos com a parceria da Associação de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville- ASANJ, Bom Jesus IESLUSC, Centro Universitário Católica de SC, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEAM e Mesa Brasil SESC

Foram também realizadas articulações com EPAGRI, IBGE, CAISANe CONSEA Estadual, entre outros diversos Órgãos Governamentais e Não governamentais para o alcance de dados complementares e indicadores.

Um dos maiores desafios a destacar neste processo diz respeito justamente a intersectorialidade, a articulação e integração dos diferentes órgãos e dos dados de cada um deles. Ressaltamos, no entanto, que os desafios deste Plano estão explícitos no Capítulo das Diretrizes e traduzem nossas expectativas, metas.

Vale registrar também que o processo de construção da maneira significativa como ocorreu se mostrou um desafio em processo de superação. Reunir e unir diversos atores dentro dos seus papéis de atuação e promover o dialogar foi enriquecedor.

Destacam-se como desafios então, a ampliação de profissionais Nutricionistas nas diferentes Secretarias e áreas de atuação, a elaboração de um Diagnóstico Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e demais diagnósticos pertinentes, a criação de legislação das diferentes demandas, a estruturação no âmbito do Município da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional com profissionais e ações regulamentadas e consolidadas, Projeto permanente e intersectorial de Educação Alimentar e Nutricional, fomento e fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica.

4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

De acordo com o capítulo IV da Lei nº 7306, de 24 de outubro de 2012, O sistema de monitoramento e avaliação deverá ser constituído de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação daquela Política e o atendimento dos objetivos e metas estabelecidas e pactuadas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O monitoramento e avaliação da PMSAN deverá contribuir para o fortalecimento dos sistemas de informação existentes nos diversos setores que a compõem e para o desenvolvimento de sistema articulado de informação em todas as esferas de governo. Caberá à CAISAN tornar públicas as informações relativas à segurança alimentar e nutricional da população municipal.

O sistema de monitoramento e avaliação terá como princípios a participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações e deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise:

- I - produção de alimentos;
- II - disponibilidade de alimentos;
- III - renda e condições de vida;
- IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
- V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI - educação; e
- VII - programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional.

O sistema de monitoramento e avaliação deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

Estrategicamente, no momento do lançamento do Plano será assinada a Resolução da CAISAN instituindo o Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação do I Plano Municipal de SAN que definirá os mecanismos e meios necessários para a verificação e constatação das ações realizadas, bem como as medidas necessárias para a implementação das metas do Plano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRANDH - FAO A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada Flavio Valente Thaís Franceschini Valéria Burity Brasília(DF), Brasil – dezembro/2007

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Soc. 2003;12(1):12–20.

CECILIA, M & VECCHIO, D. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL. 2013;16:125–39.

MACHADO, M; FERNANDES, D; MACEDO, M. Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero) From the social movements to the implementation of the Programa Fo. 2015;22(31):692–705.

CUSTÓDIO, MB; FURQUIM, NR; MARIA, G; CYRILLO, DC. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Segurança Aliment e Nutr. 2011;18(1):1–10.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. ONU/IPEA, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2013. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde, 2015- http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/marco_referencia_vigilancia_alimentar.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde, 2015 (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2013-
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2013 -
[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes%20_cuidado_pessoas%20_doencas_cronicas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes%20cuidado_pessoas%20doencas_cronicas.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2014:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf

COUTINHO, JG; CARDOSO, AJC; TORAL, N; SILVA, ACF Da; UBARANA, JÁ; AQUINO, KKND CD, et al. A organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Saúde: histórico e desafios atuais. Rev Bras Epidemiol. 2009;12(4):688–99.

FAO. O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil. 2014;90. Available from: <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>

GABRIEL, C.G ET AL. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(9): 2017-2023, set, 2014

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Agropecuário 2006 – Joinville/SC, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420910>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Pesquisa da Produção Agrícola Municipal – PAM, 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Demográfico de 2010 – Joinville/SC, 2006.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Agropecuário, 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville, 2016.

KRELLING, A. Aceitabilidade de escolares à alimentação oferecida em escolas públicas de Joinville/Sc, 2014.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRANDH - FAO A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada Flavio Valente Thaís Franceschini Valéria Burity Brasília(DF), Brasil – dezembro/2007

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Soc. 2003;12(1):12–20.

CECILIA, M & VECCHIO, D. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL. 2013;16:125–39.

MACHADO, M; FERNANDES, D; MACEDO, M. Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero) From the social movements to the implementation of the Programa Fo. 2015;22(31):692–705.

CUSTÓDIO, MB; FURQUIM, NR; MARIA, G; CYRILLO, DC. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Segurança Aliment e Nutr. 2011;18(1):1–10.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. ONU/IPEA, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2013.
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2015-
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/marco_referencia_vigilancia_alimentar.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2015
(http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, Comentário Geral 12, Genebra, ONU, 1999. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/downloads/Comentario12.pdf>

OZANIRA, M. Resumo S, Social C, Social C, Cat U, Federal U. Participação social nas políticas de segurança alimentar e nutricional. 2005;41–9.

SANTOS, RF; MAGALHÃES, RDA; HERMÓGENES, JÁ; AROUCA, ASDS. Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde [Internet]. 8ª Conferência Nacional de Saúde. 1986. p. 1–29. Available from: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=139873&indexSearch=ID>

VALENTE, Flávio *et al.* A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada. ABRANDH – FAO, 2007 - Disponível para download: www.abrandh.org.br



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2017-2021

**Secretaria de
Assistência Social**



**Prefeitura de
Joinville**